



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 084

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE JULHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 084

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 10

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 11

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 12

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 16

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida 17

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 18

Liderança da Oposição

Dep. Ribas Carli Filho 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 21

2ª Discussão 64

1ª Discussão 65

Requerimentos 70

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 71

Encerramento da Sessão 73

DIÁRIO Nº 084

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

17 DE JULHO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Edgar Bueno.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Durval Amaral, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Nereu Moura e Pedro Ivo (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi e Stephanes Júnior (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº CEE/CC do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa de Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos sobre os valores mensais repassados pelos SAS de Campos Mourão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 229/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Transportes que determinem à VIAPAR, concessionária de trecho da rodovia BR-376, a instalação de redutores de velocidade, novas sinalizações e construção de rodovias secundárias de acesso aos estabelecimentos comerciais e industriais que estão situados à margem de trecho dessa rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes que determinem à VIAPAR, concessionária de trecho da rodovia BR-376 que abrange os quilômetros 109 à 115, a instalação, no espaço referido, de redutores de velocidade, a implantação de novas sinalizações e a construção de rodovias secundárias de acesso aos estabelecimentos comerciais e industriais que se situam à margem dessa rodovia no trecho acima referido.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A crônica jornalística a respeito dos acidentes - inclusive com mortes - no trecho da rodovia BR-376, que vai do Km 109 ao Km 115, próximo à cidade de Paranaíba, fala por si. No último dia 11 de julho de 2007, novo acidente vitimou, de modo fatal, mais um trabalhador que exercia seu mister em posto de combustível à margem dessa rodovia, tragédia que acabou em protesto por parte dos trabalhadores das áreas marginais da BR-376, no trecho acima referido. Com efeito, grande número de indústrias e estabelecimentos comerciais concentra suas atividades nessa área. Proprietários de empresas e funcionários bloquearam a rodovia por cerca de uma hora. A manifestação foi pacífica e, ao final, empresários e trabalhadores entregaram um manifesto impresso com suas reivindicações. Causa espécie o fato de que o trabalhador que morreu no acidente já tinha enviado requerimento à concessionária VIAPAR solicitando providências que dessem mais segurança aos usuários da rodovia, no entanto, essas reivindicações não foram acatadas pela VIAPAR.

Em face disso, é urgente que o Poder Público do Estado do Paraná faça valer toda a sua força no sentido de determinar à concessionária VIAPAR que execute as obras necessárias nesse trecho, a fim de oferecer mais segurança a todos os trabalhadores que laboram às margens dessa rodovia.

INDICAÇÃO Nº 230/07

SÚMULA:

Propõe o fornecimento de um endoscópio para o município de Bituruna.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitar:

Destinação de um endoscópio para instalação no hospital do município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Bituruna possuía em seu hospital um único aparelho, emprestado, pertencente ao município de General Carneiro. O município proprietário solicitou a devolução do equipamento, deixando em dificuldades o hospital dessa cidade, que tem necessidade urgente desse equipamento para dar atendimento à população dessa cidade.

INDICAÇÃO Nº 231/07

SÚMULA:

Propõe a execução de 2.500 metros de acostamento entre a cidade de Irati e Inácio Martins, na comunidade de Rio Corrente.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de

Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitar:

Construir 2.500 metros de acostamento na estrada PR-364, que liga Irati a Inácio Martins, na comunidade de Rio Corrente. Protocolo nº 9.640.067-5, de 17 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A execução deste acostamento evitará que acidentes ocorram neste local, pois se trata de um local extremamente perigoso e que tem ceifado vidas dos habitantes desta região. A presente solicitação está respaldada por um abaixo-assinado com centenas de assinaturas de moradores das comunidades de Rio Corrente I e II, Rio Preto e Pirapó.

INDICAÇÃO Nº 232/07

SÚMULA:

Propõe a aquisição de equipamentos básicos e materiais de consumo para o CEDOC - Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

Aquisição de equipamentos básicos e materiais de consumo para o CEDOC - Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO de Irati - Protocolo nº 9.640.066-7, de 17 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A aquisição dos equipamentos para comporem o Centro de Documentação e Memória é de suma importância para a universidade, pois com isto poderá implementar a criação de cursos de pós-graduação na área de Ciências Humanas, além de preservar a memória de uma região composta de municípios que não possuem uma forma de assim fazê-lo. Porém, para concretizar esta ação é necessário um acervo organizado e disponível para consultas dos pretendentes aos cursos que freqüentarem ou a quem se interessar pela história da cidade que habita. Hoje o CEDOC já possui documentos de Irati e Imbituva, datados no período de 1882 a 2000, compondo-se de alvarás, execuções, reclamações trabalhistas, recursos e outros.

INDICAÇÃO Nº 233/07

SÚMULA:

Propõe a instalação de um elevador na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de

Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

Instalação de um elevador para acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati. Protocolo nº 9.640.064-0, de 17 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O prédio onde funciona essa universidade foi construído na década de 50, com 3 pavimentos, composto de longas escadas, pois na época não havia a preocupação que os mesmos fossem adaptados às pessoas com deficiência ou pessoas com idade avançada. A UNICENTRO possui 17 cursos; 2655 alunos e 315 prestadores de serviços. Ainda para dar uma melhor forma de vida à população da região, foi criada a UNATI - Universidade Aberta da Terceira Idade, cujos alunos obrigatoriamente tem de ter idade mínima de 50 anos, o que por si só, em muitos casos já é um dificultador de frequência para aquelas pessoas que procuram um aperfeiçoamento ou uma melhora em seu aprendizado devido às dificuldades, muitas vezes, de subir escadas.

A Lei nº 10098, em seu Capítulo IV, artigos 11 e 12, é bem clara quanto às condições de acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, e a necessidade é premente de se colocar em prática esta lei, a fim de que se possa dar um melhor conforto àqueles que frequentam os cursos ou trabalham nesta instituição.

INDICAÇÃO Nº 234/07

SÚMULA:

Propõe a aquisição de equipamentos para os laboratórios de Engenharia Ambiental da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

Aquisição de equipamentos para os laboratórios de Engenharia Ambiental da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati. Protocolo nº 9.640.065-9, de 17 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A destinação destes recursos estará complementando equipamentos e itens de consumo dos laboratórios de Engenharia Ambiental, proporcionando aos acadêmicos, melhores condições para desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Importante ressaltar que com este pequeno investimento, serão contemplados os laboratórios de: toxicologia e microbiologia ambiental; saneamento ambiental e qualidade de água; hidráulica e fenômenos de transportes; resíduos sólidos; processos biológicos e tratamentos de resíduos.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 17 de julho.

Sala das Sessões, em 05.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência em virtude de compromisso urgente no HC, na condição de Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, um pedido para que o Governador do Paraná, Roberto Requião, reavalie os descontos dos dias parados nos salários dos trabalhadores da SANEPAR, que estiveram em greve durante os meses de junho/julho.

Saliento que a SANEPAR acolheu parte da reivindicação feita pelos funcionários, concedendo 3,12 % de reposição salarial e um aumento de salário linear de R\$ 55,00. Também ficou definido que Programa de Participação nos Resultados (PPR) da empresa será feito de forma linear com pagamento programado para o final deste ano.

O que ocorre, é que a SANEPAR decidiu descontar de uma única vez, todos os dias parados de greve, acarretando um desfalque no salário mensal dos funcionários.

Peço que o Governador do Estado reavalie a condição dos funcionários, e se a empresa tiver realmente que proceder o desconto dos dias parados, que o faça em parcelas mensais ou desconte o valor total no pagamento do PPR.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Professor Luizão e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica pela diretoria da SANEPAR ter entrado em acordo com os funcionários e acatado parte das reivindicações. Por se tratar de empresa pública, essa é um atitude que reforça o bom relacionamento com os trabalhadores, que também acataram o posicionamento da empresa no acordo. Por isso é importante manter a integridade entre ambas as partes.

REQUERIMENTO Nº 2162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 242/07, item 06 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da emenda da CCJ ao Projeto de Lei nº 242/07, item 06, da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Deiviti Maicon dos Santos.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Orlando Ceccon, 173 - Bairro Ribeirão das Onças - CEP 83414-510 - Colombo/PR.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Daihachi Narata, com 81 anos de idade.

O falecido era viúvo da Sra. Mariko Suzuki Narata. Deixa 4 filhos: Carlos Hajime Narata, Yaeko Amélia Kazuma, Alice Takahashi, Luiz Carlos Narata e netos.

À família enlutada, as mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rogério Domingues de Oliveira, aos 74 anos de idade, ocorrido em 26 de junho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos José de Souza, aos 80 anos de idade, ocorrido em 03 de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria das Neves Eustácio da Silva, aos 58 anos de idade, ocorrido em 1º de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Silva Ferreira, aos 58 anos de idade, ocorrido em 1º de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Nina Soldi Martins, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Ferreira, aos 62 anos de idade, no município de Almirante Tamandaré. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Guiomar da Silva de Carvalho, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2160

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ignácio Dreveck, aos 69 anos de idade, ocorrido em 02 de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2161

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Portes dos Santos, aos 42 anos de idade, ocorrido em 04 de julho do corrente, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Sr. Waldemar de Moura, proprietário da Imobiliária Mônaco, desde 1974, no município de Londrina, em razão de seu falecimento, no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que manifeste agradecimentos ao Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, Cel. Luiz Carlos Menezes Deliberador e seja feita homenagem perante o batalhão aos Comandantes do Choque, os Srs. Ten. Siloto e Ten. Frank, e aos policiais de serviço no dia 10 de julho corrente, em virtude da atenção, rapidez e eficiência no atendimento ao assalto a mão armada, onde foi mantido como refém o Sr. José Roberto Mattos do Amaral, situação em que foi levado seu veículo, sendo este recuperado de forma imediata após a solicitação feita à Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Claudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, para informar as questões abaixo:

1) Em relação ao caso ocorrido no Hospital Vita, no município de Curitiba, em que foi exigido cheque cau-

ção para internamento de uma pessoa no valor de R\$ 10 mil, conforme relato do Deputado Jocelito Canto na Sessão Plenária do dia 14 de maio, questiona-se quais são as medidas administrativas que esta Secretaria de Estado irá tomar em face a referida instituição de saúde, pois para conhecimento, a Lei Estadual nº 12970 de 25 de outubro de 2000, proíbe tal exigência.

2) Em relação a Lei Estadual nº 13674 de 09 de julho de 2002, em que a Secretaria de Estado da Saúde ficou responsável por confeccionar e distribuir cartazes alertando sobre a proibição da exigência do cheque caução em hospitais públicos e particulares, questiono: já foi confeccionado e distribuído o referido cartaz informativo? Enviar relação de hospitais que receberam os cartazes.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o reenvio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro - Secretário da Casa Civil do Estado do Paraná, no sentido de esclarecer as seguintes questões pendentes em relação ao requerimento aprovado em plenário no dia 30 de novembro de 2005, por esta Casa de Leis:

1) enviar xerocópia do Inventário Florestal da área do Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré;

2) enviar xerocópia do processo de desapropriação da referida área onde constam quais foram os critérios, bem como o valor sugerido pela avaliação da Procuradoria Geral do Estado no tocante ao valor do pagamento da desapropriação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Condomínio Irapuã, sito à Av. Presidente Arthur Bernardes, nº 2000 - Bairro Portão, que pedem, em regime de urgência, uma fiscalização e policiamento no terreno existente nos fundos desse condomínio. No local existe também uma casa desocupada, que tornou-se ponto de encontro para desocupados, os quais invadem o condomínio e assaltam os moradores. A situação é muito crítica e perigosa, motivo pelo qual os moradores pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 525/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Vanderlei Cordeiro de Lima nasceu no dia 4 de julho de 1968, na cidade de Cruzeiro do Oeste, interior do nosso estado. Oficialmente, seu registro aponta para a data de 11 de agosto. É o 7º filho do casal José Cordeiro de Lima (já falecido) e Aurora de Lima. Quando criança, a família mudou-se para Tapira, também no interior do Paraná, onde Vanderlei cresceu e concluiu o 1º grau.

Foi em Tapira que aprendeu a cuidar da terra e a desenvolver o gosto pela corrida, pois a família trabalhava como bóia-fria nas plantações da região: cana-de-açúcar, amora, café, entre outras. Na pausa para o almoço, a criançada punha-se a jogar bola e Vanderlei, a correr pelas estradas de terra. Sua primeira prova significativa foi a corrida Tiradentes, na qual chegou em 1º lugar. Desde então, não parou mais.

Correu por Maringá (PR), pela equipe Eletropaulo (SP) e finalmente integrou a equipe União Esportiva Funilense de Atletismo (SP), atual Pão-de-Açúcar/BM&F. Foi nessa equipe que conheceu o treinador Ricardo D'Angelo, com quem treina desde 1992.

Em 1994, participando como coelho da Maratona de Reims, França, seguiu na frente até o final sem ser ameaçado por ninguém e venceu a prova com o tempo de 2h11m06s. Nascia ali o maratonista.

O ilustre morador de Maringá, da sua vivência familiar herdou a perseverança, a boa índole e a capacidade de enfrentar adversidades com coragem e bom humor. Importante destacar que Maringá tem tornado-se um celeiro de novos e talentosos atletas que orgulham nosso estado e nossa nação.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima.

PROJETO DE LEI Nº 526/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Considerando a junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta, no município

de Inajá, o novo estabelecimento de ensino será denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No município de Inajá houve a junção dos estabelecimentos de ensino chamados Escola Estadual Padre Anchieta e Colégio Estadual Barão do Rio Branco, onde esta recepcionou a primeira.

O Colégio Estadual Barão do Rio Branco é tradicional no referido município, e, quando foi criado, buscou homenagear o saudoso José Maria da Silva Paranhos Júnior - Barão do Rio Branco.

Barão do Rio Branco foi professor, político, jornalista, diplomata, historiador, biógrafo, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Eleito em 1º de outubro de 1898 para a Cadeira nº 34, da Academia Brasileira de Letras.

Em seu tempo, Barão do Rio Branco elevou o nome do Brasil, assim, diante de tantas glórias para a nossa nação, nada mais justo que prestar-lhe esta homenagem através de um estabelecimento de ensino.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 527/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o envio aos usuários do serviço de telefonia celular, de mensagens promocionais de texto ou de correio de voz pelas operadoras de serviço de telefonia celular no estado do Paraná, salvo prévia autorização expressa do usuário.

Art. 2º Em caso de descumprimento do disposto no artigo 1º, o usuário do serviço fica isento do pagamento da conta referente ao mês da infração.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Há registros nos órgãos de proteção do consumidor de reclamações dos usuários do sistema de telefonia celular, sobre o abuso no envio de mensagens de texto e de correio de voz pelas operadoras no mercado de telefonia móvel no estado do Paraná.

Entendemos que há diversas outras formas de divulgação promocional que não perturbem o usuário de

maneira excessiva ou em horários inconvenientes, sem a sua autorização.

As empresas destinatárias da norma não sofrerão prejuízo, visto que o projeto prevê a possibilidade de ressalva expressa para que a operadora continue a enviar as mensagens aos usuários que assim autorizar.

A propositura encontra fundamento constitucional nos incisos V e VIII do artigo 24 da Constituição Federal.

PROJETO DE LEI Nº 528/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a terminologia do cargo de Papiloscopista para Perito Papiloscopista, mantendo-se os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições da referida carreira, elencadas no artigo 7º e seus incisos, da Lei Complementar nº 096, de 12 de setembro de 2002.

Parágrafo Único. A alteração da nomenclatura de que trata o *caput* deste artigo e, para efeito desta lei, não concorre para ascensão funcional, tampouco para transformação de cargos, não gerando ônus para os cofres públicos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esta matéria tem por escopo, promover a alteração da nomenclatura do cargo de Papiloscopista para Perito Papiloscopista, cujo cargo é integrante das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná.

No intuito de dirimir dúvidas e esclarecer esta relevante matéria e, ainda, reforçar e complementar a posição por nós defendida, temos a decisão por unanimidade do Guardião da Constituição Federal - "Supremo Tribunal Federal" - no voto do brilhante Ministro Otávio Gallotti, como Relator, na Ação Direta de Inconstitucionalidade e corroborando o entendimento legal, doutrinário e jurisprudencial unânime do STF, no julgamento da ADIN nº 1477-3, de 2 de setembro de 1999, que assim se manifesta:

EMENTA: Não invade competência legislativa da união o dispositivo no artigo 110 da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao conferir aos Papiloscopistas a garantia de independência funcional, na elaboração dos laudos periciais. (Constituição Federal, artigos 22, I e XVII, 21, XIII, XIV e 24, X e XVI).

Não há improbidade técnica ao atribuir aos Papiloscopistas a competência para elaborarem seus laudos periciais. Não se ampliou, com isso, o rol de auxiliares da Justiça.

A garantia de independência na elaboração de laudos periciais que venham a ser elaborados pelo Papiloscopista cerne da controvérsia em apreço, não conflita com a Constituição Federal.

De acordo com a Lei Complementar nº 089/01, em seu artigo 38, estabelece a exigência de nível superior, para ingresso na carreira de Papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Paraná, a exemplo do que ocorre com os Peritos Criminais e Peritos Médicos-Legistas.

É importante salientar que o Poder Judiciário, atualmente reconhece e convalida os laudos periciais elaborados e assinados pelos Papiloscopistas do estado do Paraná.

O presente projeto de lei não gera nenhum tipo de ônus para o erário público, por não se tratar de aumento salarial e tão somente alteração de nomenclatura.

Considerando assim, as prerrogativas e atribuições, bem como a instrumentalização da pesquisa de cunho técnico-científico, entende-se que a matéria em epígrafe vem ao encontro da necessidade de atualização do vocábulo, o qual já se encontra inserido no contexto legal, buscando uma melhor adequação à natureza das atividades desempenhadas, reconhecendo desse modo, a relevância dos trabalhos realizados pelo Instituto de Identificação, atualmente contando com 100 anos de existência no estado do Paraná.

Ao se efetuar o acréscimo proposto, o dispositivo atingirá a plena logicidade, o que certamente é objetivo colimado pelo legislador, uma vez que Papiloscopista Policial é um dos Peritos Oficiais da Polícia Civil do estado do Paraná, estando no mesmo patamar hierárquico dos Peritos Criminais e Peritos Médicos-Legistas. Formado pela Academia de Polícia Civil com cargas horárias iguais, o Papiloscopista é responsável pela realização das perícias papiloscópicas em locais de crimes e pela identificação civil, criminal e necropapiloscópica (cadavérica), além da elaboração de retratos falados de criminosos.

Outros estados da federação já alteraram sua legislação por instrução do Poder Legislativo para Perito Papiloscopista, são eles: Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Rio de Janeiro, adequando a lei e reconhecendo a carreira, o que é uma tendência nacional.

Ex positis, eis uma reivindicação mais do que justa por esta classe que tanto contribui para elucidar casos e crimes de todas as formas e maneiras. Espero e conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 529/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Luterana Alvorada de Serviço Social, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.07.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO
ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Alvorada Social (Associação Luterana Alvorada de Serviço Social de Marechal Cândido Rondon/PR), é uma entidade beneficente e sem fins lucrativos, criada oficialmente em 02 de maio de 2005, mas que exerce suas atividades há a mais de 6 (seis) anos, oferecendo ao meninos e meninas de famílias carentes a inclusão social através das práticas esportivas, artísticas, musicais (onde são ministradas aulas de flauta e violão), culturais, foi formado o grupo TAS - Teatro Alvorada Social, grupo muito conhecido na região oeste do Paraná.

Além de todos esses programas, dão atendimento semanal em várias escolas do município, em que são atingidas cerca de 1.300 crianças, que recebem a palavra de Deus e o ensino cristão realizado por profissionais voluntários, com isso toma conhecimento da realidade das famílias e sempre que necessário são oferecidos atendimentos psicológicos e de socialização para melhorar a inclusão social.

Esses trabalhos atingem famílias de até R\$ 750 ao mês. Além dos projetos alentados acima, também ajudam com alimentação, vestuários, móveis, cursos, entre outros.

A Alvorada Social estabelece várias parcerias em suas ações, como por exemplo juntamente com o Lions Clube de Marechal Cândido Rondon, promoveram a noite cultural do município, pelo 2º ano consecutivo.

Além desta atividade, realizaram a Noite do Riso, em parceria com o Grupo de Jovens da Congregação Evangélica Luterana. Essa foi mais ma atividade que obteve uma forte repercussão positiva junto à sociedade rondonense.

A entidade já possui o título de utilidade pública municipal, desde 06 de junho de 2006.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao Sr. Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou vendo vários pronunciamentos, Poder Judiciário, um monte de coisas acontecendo hoje.

Queria aproveitar esta última Sessão para deixar uma pergunta neste Poder Legislativo. Deputado Rossoni, fizemos uma CPI, a CPI dos Grampos, que a imprensa diz que terminou em pizza. Ouvimos o Rasera, ouvimos duas, três pessoas e terminou num aperitivo,

vamos dizer assim, para não dizer que terminou em pizza. Eu estava analisando o seguinte: o policial Délcio Rasera, qual é o crime que ele cometeu? Eu tive uma informação que o policial Délcio Rasera é um dos mais brilhantes policiais deste estado, é um dos mais importantes policiais do Paraná.

Eu me lembro que o Dr. Paulo Kessler, quando deu o seu depoimento, disse que o sonho dele era ter o Délcio Rasera na PIC, porque ele entendia que era um dos mais importantes policiais que o Paraná tinha. Recentemente, quando esteve adido no Palácio Iguaçu, o policial Délcio Rasera foi responsável pela elucidação de alguns crimes importantes que estavam acontecendo aqui em Curitiba, inclusive envolvendo traficantes do Rio de Janeiro que estavam se instalando aqui, em fachadas de postos de gasolina.

Eu fico analisando quanto tempo já se passou e não se dá um *habeas corpus* para um policial especial como ele. Vamos admitir que ele tenha cometido um crime. Esperem aí! Esse país está cheio de ladrão solto com *habeas corpus*, está cheio de marginal solto por aí, bandido que vai lá e consegue o *habeas corpus* e esse brilhante policial, que ainda não foi julgado, está sendo investigado e está preso há quantos dias? Quantos dias o policial Délcio Rasera está preso? Já vai completar 1 ano ou, se ainda não completou 1 ano, está perto. Já perdeu o *habeas corpus* em todo lugar. Por que querem segurar o Rasera preso? É a pergunta que me faço. Vamos pensar. o Rasera foi um excelente policial. Fez 100 coisas boas e errou uma, se é que vai se provar que realmente ele errou, que ele, o policial Rasera, estava escutando, que escutava. Ele vai ficar preso, agora, todo esse período, por isso? Pela armas, já foi absolvido, já foi liberado, porque era um colecionador. O policial Rasera está preso por quê?

Esta é a pergunta que estou querendo fazer neste último dia, antes desse recesso parlamentar.

Tenho acompanhado o dilema desse policial. Acho que se, realmente, lá na frente terminarem as investigações e entenderem que ele cometeu um ato criminoso, ele deve ser reponsabilizado.

Agora, a ficha dele permite que ele não possa ter um *habeas corpus*, que ele possa sair, um policial tão brilhante como esse, ou ele tem que ficar preso 1 ano, 2 anos. Não vão liberar o policial Rasera, para que ele continue respondendo do que está sendo acusado em liberdade, porque está cheio de ladrão por aí, solto com *habeas corpus*, com antecedentes, e vemos agora um policial do gabarito que é o policial Délcio Rasera...

Os senhores podem levantar a sua ficha e vão ver as importantes contribuições que ele deu para este estado do Paraná. É um policial de grande inteligência, é um policial de excepcional inteligência.

Mas, por que o Rasera está preso? Por que querem manter o Rasera preso quando ele poderia ter um *habeas corpus* liberado? Por quê? Por que querem manter ele preso? O que tem por trás disso que querem manter o

policial Raserá preso? Será que não cabe uma discussão em cima disso?

Se provar, lá na frente, que realmente ele cometeu o crime, que ele seja responsabilizado, mas, enquanto isso, ele tem residência fixa, ele mora aqui em Curitiba. Acho que caberia a oportunidade de ele ter um *habeas corpus*. Me disseram que tem coisa grande por trás, que envolve aí coisa grande. Então não vão dar o *habeas corpus* para ele.

Queria deixar registrado aqui. Acho que pelo que fez ao Paraná, o policial Dêlcio Raserá merecia, sim, ter um *habeas corpus*. Merecia ter a oportunidade de se defender em liberdade, porque se ele cometeu o crime, tem muito mais criminoso por aí solto, tem muito mais traficante solto por aí, à base de algumas determinações.

Quero levantar hoje, aqui, a voz em defesa desse policial. Não estou eximindo ele da sua responsabilidade. Se for provado que ele cometeu o crime, ele deverá arcar com as conseqüências. Agora, é só ele que vai pagar? Só ele que vai pagar, esse brilhante policial? E os demais que conseguem os *habeas corpus*? Esses têm liberdade, podem sair. Até o Lalau, que meteu a mão, está morando em casa! O Lalau! Não é seu Lalau, o Lalau está solto, está em casa. Está cheio de Lalau por aí, não muito longe daqui. Tem Lalau para tudo que é lado. Mas, o Dêlcio Raserá está preso, um brilhante policial. Está preso e não tem oportunidade de sair, nem para tentar provar a sua inocência.

Então, faço esta defesa aqui, em nome dos bons serviços prestados ao policial Dêlcio Raserá, que eu acho que alguém tem interesse que ele continue preso.

Para finalizar, Sr. Presidente, os funcionários querem receber a URV, viu, V. Exa. não se esqueça disso. V. Exa. faz parte da Mesa. Os funcionários desta Casa tem o mesmo direito que as outras Casas aqui ao lado. Os funcionários do estado, Governador Requião - eu que lhe ajudei, eu votei em V. Exa. para Governador - os funcionários do estado, o professor, o policial, o bombeiro, todo mundo merece receber, não é só os Poderes ao lado que merecem a URV, os demais também. Vou terminar a minha participação nesse período falando da URV, torcendo para que haja harmonia entre os Poderes e harmonia, no meu entendimento, é que todos tenham o mesmo direito de receber o que os outros órgãos receberam.

Desejo a todos um recesso rápido e rasteiro, não vai dar tempo para nada e nós já estaremos na semana que vem aqui para continuar cobrando a URV do Governo do Estado que não pagou e da nossa Assembléia Legislativa do Paraná, e que soltem o Raserá, dêem uma oportunidade a ele.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para endossar as palavras, para muitos, repetitivas do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que inúmeras vezes afirmou e tem afirmado do descaso da parte do Líder do Governo e da base de sustentação do Governo, no que diz respeito a recusar-se a aprovar os requerimentos de pedidos de informação.

À primeira vista, geralmente muitos julgam o Deputado Valdir Rossoni como chato, como bem ele usa esse termo, mas só mesmo quem vive a experiência na própria pele percebe como coberto de razões está o Deputado Valdir Rossoni, porque tenho, em especial, 2 requerimentos que há mais de 30 dias neste mesmo plenário, foi firmado um acordo entre a minha pessoa e a pessoa do Deputado Líder do Governo, Romanelli, de que se caso o Parlamentar que vos fala abrisse mão de insistir no pedido de informações, nos 2 requerimentos, ele, de muito bom gosto, muito grato, nos traria essa informação. Eu, até na ocasião meio ressabiado, o questionei, isso consta nas notas taquigráficas das excelentes e brilhantes taquígrafas, que não deixam passar absolutamente nada, de que essas informações chegassem às nossas mãos. Depois de 30 dias, particularmente, não vi nenhuma motivação em aceitar o acordo. E o Deputado Romanelli, que ainda não chegou à Sessão, espero que venha, ele afirmou que, com certeza, viria em torno de 30 dias, talvez um pouco mais, um pouco menos, mas não veio. As duas informações, os 2 requerimentos continuam ainda com um grande ponto de interrogação.

Lamentavelmente, no dia 23 foi firmado diante da imprensa, dos Deputados da Oposição, da Situação, do Bloco Suprapartidário, porque prefiro chamá-lo assim, no dia 23 ficou acordado que, via Liderança do Governo, me seriam dadas as respostas a 2 requerimentos. A primeira até foi a lebre levantada pelo Deputado Jocelito Canto, quando afirma que para salvar a vida de 1 menino ele teve que desembolsar 1 cheque caução e eu questionei, surpresa, por existir uma lei do estado de nossa autoria que proíbe a cobrança de cheque caução ou de qualquer depósito prévio para internamentos, nos moldes em que foi internado o menino, que graças a Deus, foi salvo pela bondade do Deputado Jocelito Canto.

Também fiz, na mesma ocasião, um pedido de informações, no qual usei até um termo em latim, venho trilhando uma verdadeira *via-crúcis*, porque desde 2005 eu questiono que o Governo deu ao Ministério da Agricultura a aquisição de uma área em Almirante Tamandaré, que já virou até tema de piada, há os que chamam de "Khurilândia", porque eu acho muito estranha a forma como foi negociada essa área, o preço pelo qual foi nego-

ciada essa área e todos os trâmites pelos quais foi negociada essa área.

Então, não me restou outra alternativa senão fazer um apelo encarecido ao Deputado Líder do Governo de que desta vez nosso requerimento passe. Já protocolei, ambos, tanto para saber se esta lei está sendo ou não acompanhada, fiscalizada, se está exigindo o funcionamento desta lei, de nossa autoria, que isto é responsabilidade da Secretaria da Saúde e também os demais questionamentos que faltam, com respeito à negociação desta área, que foi alardeada pelo Governador, que seria um magnífico parque e que até hoje nada foi feito em benefício, ou para se adequar essa área para o dito parque. Inclusive, quando comecei a questionar a aquisição dessa área, o Parque de Vila Velha, que o senhor conhece muito bem, até melhor do que eu, estava aos cacarecos, abandonado, jogado às traças. E eu fiz o questionamento: já que temos recursos para investir nessa nova área, por que não viabilizá-los para melhorar a infra-estrutura do Parque de Vila Velha, que já é internacionalmente conhecido?

Bom, a nossa voz parece não ter ecoado, Deputado Valdir Rossoni. Eu entendo o que V. Exa. sente. Há momentos que dá uma sensação de frustração ou de que estamos fazendo papel de tolos, lançando palavras ao vento, sem que as mesmas cheguem aos devidos responsáveis e que esses nos respondam, respeitando, não este Parlamentar - que me considero dentre todos, o menor - mas, respeitando a Assembléia Legislativa, meu Deus do Céu!

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Só queria parabenizar pelo seu pronunciamento e dizer apenas a V. Exa. que esta questão da caução, quando recebi a fatura do hospital veio escrito caução. E daí, quando conversei com o pessoal do hospital, ele disseram que não era caução. Mas, na fatura veio escrito caução. E o cheque entrou antes de a criança ficar os 9 dias lá. Eu só não fiz a reapresentação, baseado no que V. Exa. disse, porque o hospital salvou a vida do menino. Então fiquei constrangido de fazer a ação contra o hospital - por mais que tenha custado R\$ 17 mil - mas fiquei constrangido de fazer, porque salvou a vida do menininho, que é nosso garotinho lá da Carta de Puebla, eleitor meu e do Governador Roberto Requião. Por isso eu não fiz, mas, no papel, no documento, diz caução. Está claro. Só para eu acompanhar seu raciocínio.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o aparte. Inclusive eu o parabenizo pela demonstração de sentimento cristão e de solidariedade com o mais fraco. Mas, insisto nesta tecla, não é nem ter um caso como o do Deputado Jocelito Canto, que graças a Deus tem e teve condições de desembolsar R\$ 17 mil para salvar a vida de uma pessoa. Ah, foi financiamento da Assembléia. Penso até que Deus o usou para isso. Mas, fico pensando naquele cidadão paupérrimo que muitas vezes tem que fazer todo um malabarismo para

conseguir esse recurso para fazer a caução, que por sua vez salvará um ente querido, que nem sempre eles conseguem essa importância para fazê-lo.

Portanto, Srs. Deputados, faço um apelo principalmente aos Deputados da Situação, que tenho absoluta certeza que prezam pela falta do Governador que defendem, que insistentemente disse desta tribuna que das muitas características do seu Governo, uma delas seria a transparência. Isso eu ouvi, sou muito observador e fiz questão! Então, ele disse: “Quero, sim, que o meu Governo seja conhecido pela sua transparência”.

Então, penso que nenhum Parlamentar, inclusive o Líder do Governo, desta vez se recusará a aprovar os nossos 2 pedidos de informação, os nossos 2 requerimentos. Agora, Deputado Valdir Rossoni, não me iludirei mais com acordos feitos por quem quer que seja de que, via esta ou aquela liderança, conseguir-se-á as informações desejadas, porque o acordo foi no dia 23 do mês de maio e portanto estamos quase beirando os 60 dias e as informações ainda não vieram.

Estão aqui, então, os 2 requerimentos protocolados na tarde de hoje. Um é dirigido ao Chefe da Casa Civil, do reenvio de 2 míseros questionamentos. Quero apenas o inventário florestal da área do futuro Parque Público de Lazer de Almirante Tamandaré e quero também a xerocópia do processo de desapropriação da referida área, onde constam, quais foram os critérios, bem como o valor sugerido pela avaliação da Procuradoria Geral do Estado no tocante ao valor do pagamento da desapropriação. Esse é o 1º requerimento.

O 2º é à pessoa do Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário da Saúde, com relação ao ocorrido no Hospital Vita, bem narrado pelo Deputado Jocelito Canto, onde foi exigido um cheque caução e com relação à nossa lei, se ela foi cancelada, anulada, lançada para o além, sei lá para onde, Lei Estadual nº 13674, de 09 de julho de 2002, que inclusive é acompanhada por uma outra lei, que afirma que todos os hospitais, públicos e privados, devem possuir próximo da entrada uma placa informando que é terminantemente proibido no estado do Paraná a cobrança de depósito de cheque caução ou qualquer similar para garantir o internamento de quem quer que seja, em estado de agonia, dor, sofrimento e risco de morte.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, muito obrigado Sras. Deputadas!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, no Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é o último dia do 1º semestre, então já ficamos aqui 5 meses, para ser bem exato, trabalhando, e foram

vários projetos que foram votados. Alguns projetos mais polêmicos, outros menos polêmicos e fiz aqui um levantamento de todos os projetos que aprovamos nesta Casa, cumprindo o nosso papel de apresentar projetos e de fiscalizar o Governo. Estive fazendo a análise e muitos projetos que votei são projetos que acabam sendo a favor do Governo, Deputado Valdir Rossoni, sendo que nós temos uma posição clara de Oposição ao Governo.

Quando usei a palavra pela primeira vez, aqui nesta tribuna, eu disse que tinha feito campanha, na minha região, pedindo votos para as pessoas, quase que de casa em casa, e que faria aquilo que a população mandou eu fazer. Apoiei no 1º turno o candidato a Governador Rubens Bueno; no 2º turno apoiei o candidato a Governador Osmar Dias; e quem ganhou a eleição foi o Governador Requião. Neste 1º semestre, eu vim, fiz oposição e tenho a minha consciência tranqüila de ter desempenhado um papel em prol da população, das pessoas que acreditaram no nosso trabalho.

Queria destacar, aqui, a questão da saúde pública do estado do Paraná. Até ouço falar que vai haver alterações nesse setor. Se de fato acontecerem alterações, significa que estávamos fazendo o trabalho certo, dizendo que precisava mudar, precisava melhorar, se de fato acontecer alguma alteração. Ainda ouço muito cochicho que vai acontecer, não sei o quê. Nós falamos muito, aqui, de saúde pública; falamos muito da questão das Santas Casas; e eu continuo cobrando apoio do Governo com relação às Santas Casas.

Uma outra coisa que destacamos, no início, foi a questão da agricultura, em especial na área da transgenia. Na oportunidade, fui aparteado pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, uma pessoa que respeito muito, e que colocou sua opinião. Paralelo a isso, nós vamos propor, no 2º semestre, uma audiência pública para tratar da Lei dos Agrotóxicos. Nessa Audiência Pública, vamos ouvir a sociedade naquele item que é mais importante, que é o desenvolvimento do Paraná, e o foco é a agricultura.

Quero reiterar aqui o que cobrei, dia desses, que é a questão do Banco Social. Várias vezes falei sobre o Banco Social e, até agora, a resposta que eu tenho é que o Banco Social está paralisado. O Banco Social, Deputado Marcelo Rangel, é um projeto que vem lá do Governador Jaime Lerner e que tem a propriedade de atingir os micro e pequenos empreendedores, pessoas que têm sonhos, pessoas que querem um auxílio, um empréstimo para poder começar a realizar seus sonhos. Então, é micro, mesmo, empreendedor e o Banco Social do Governador Requião está paralisado.

Muitas pessoas me cobram nesse item do Banco Social. Eu já falei, algumas vezes, aqui, e reitero: eu fui consultor do SEBRAE, por um período, e eu dava palestras e cursos às pessoas que entraram como agentes de crédito do Banco Social e, também, para pessoas que adquiriram aquele financiamento para poder começar a realizar seus sonhos.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Douglas, ouço com atenção vosso pronunciamento e, por inúmeras vezes, V. Exa. sobe à tribuna e faz considerações com relação ao Banco Social.

Veja o que nós aprovamos no dia de ontem, às pressas, no afogadilho. São projetos de interesse do Governo do Estado, eu diria até de interesse da própria população do Paraná. Refere-se, exatamente, ao FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, subsidiando financiamentos para os pequenos agricultores do estado do Paraná, mas, por outro lado, temos uma carteira formada. A carteira do Banco Social é uma carteira formada. Ela foi formada com aqueles recursos que vieram do saneamento do Banco do Estado e foram alocados R\$ 100 milhões, naquela oportunidade. Financiamento para os pequenos e microempresários do estado do Paraná, que foi, sem sombra de dúvidas, um dos grandes programas do Governo passado, em favor dos nossos empresários. O que tínhamos no estado do Paraná, Douglas, V. Exa. que vem do SEBRAE, uma entidade voltada exatamente para fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do nosso estado, então, o Banco Social veio para financiar, muitas vezes, o pequeno empresário, ou a pessoa que era formada em carpintaria, era pintor, mas não tinha o equipamento necessário. Esse era um banco que funcionava efetivamente. De repente, o atual Governo corta esse programa tão importante. Só não cortou mais, porque não tinha.

Lamento profundamente e espero que o Governador do Estado do Paraná e a Liderança do Governo possam levar ao Governador essa preocupação sua, nossa, do estado do Paraná, para que volte o Banco Social.

Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Reitero que o Banco Social está paralisado e o Governador Requião não está preocupado com isso.

Quero também destacar, como eu disse, foram vários projetos que aprovamos nesta Casa. Ainda ontem discutimos um projeto, no qual tive a oportunidade de ser o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado, que prevê que as pessoas que trabalham, principalmente, nas universidades, professores contratados, que pudessem ser contratados e, depois, recontratados dentro do período de 2 anos. É um projeto do Deputado Luizão com o Deputado Romanelli. Votei favoravelmente ao projeto, aprovamos na CCJ, porque quero que as universidades sejam cada vez mais fortes e tenham condições de cumprir o seu papel. Para isso, quero lembrar, aqui, que a FECILCAM - Faculdade Estadual de Campo Mourão, que tem no seu projeto ser universidade. Vamos nos empenhar nessa luta, aqui, no 2º semestre.

Outro item que me chama a atenção, que coloquei aqui desde os primeiros dias, é com relação à questão do

nepotismo. O Ministério Público enviou documento a todos os Deputados, que responderam. Temos uma posição contrária ao nepotismo, mas não vimos alteração nenhuma também no Governo do Estado.

Um outro item, que acho mais grave, é a questão dos cargos de confiança. O atual tem muito cargo de confiança, na minha opinião, indicações políticas, cargos que as pessoas assumem, às vezes, sem ter passado por concurso, sem ter um critério técnico. Defendo mais a capacitação técnica. Para que a pessoa possa participar da administração pública, temos que valorizar, na minha opinião, o quadro de carreira, a pessoa que estudou, se dedicou, participou de um concurso, foi aprovada e com isso pode desempenhar a sua função.

Uma outra situação que vamos trabalhar no 2º semestre, Deputado Valdir Rossoni, é essa questão dos cargos comissionados, cargos de confiança que os Governos têm. Falo dos Governos de uma maneira geral, começando no Governo Federal. Acho que existe um exagero muito grande e nós, enquanto Deputados, precisamos cobrar isso, para que o dinheiro público seja cada vez mais investido na carreira técnica, nas pessoas que se dedicaram ao longo de sua vida, estudaram, passaram em concurso e esperam a oportunidade de crescer profissionalmente.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Parabéns ao senhor, que está no último dia do nosso 1º semestre comandando a Assembléia do Paraná, Deputado Augustinho Zucchi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Horário das Lideranças: Democratas. Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, na Ordem do Dia, votamos em 3ª votação, em redação final, o Projeto de Lei nº 324/07, que regulamenta o atendimento das agências lotéricas, que hoje se tornaram no nosso Brasil um instrumento de receber dezenas de contas, sendo elas: conta de luz, de água, os aposentados podem receber nas agências lotéricas as suas aposentadorias, pagamento de telefone, de TV a cabo, é possível se fazer em uma casa lotérica recarga de telefone celular, fazer depósitos na conta corrente da Caixa Econômica Federal. E a verdade é que nos últimos anos o número de pessoas que procuram as agências lotéricas vem crescendo, e, naturalmente, isso fez com que pessoas na nossa cidade de Ponta Grossa e, ao mesmo tempo, amigos que trabalham no PROCON, nos trouxessem a preocupação de que o atendimento que está sendo ofertado por essas agências lotéricas é um atendimento precário e que havia

a necessidade de regulamentar, de criar determinados critérios para que essas agências, desta forma, pudessem melhor atender às pessoas que as procuravam. E nós elaboramos um projeto de lei, depois de uma discussão ampla com a sociedade, com pessoas que nos procuraram, com advogados, enfim segmentos da nossa sociedade, fizemos esse projeto, que no dia de hoje está em redação final.

Quero agradecer aqui a todos os Parlamentares que votaram a favor desta lei. O projeto é um tanto quanto interessante, ele vai fazer com que as agências passem a ter um tempo mínimo de atendimento. O cidadão que procurar a agência para pagar a sua conta terá que ser atendido, no máximo, em 20 minutos, nos dias normais, e nos dias de véspera de feriados prolongados e também nos últimos dias do mês, o cidadão terá 30 minutos para ser atendido. Ele está regulamentando também para que pessoas com mais de 65 anos de idade, gestantes, pessoas portadoras de necessidades especiais, tenham um atendimento diferenciado. As agências terão um prazo de 90 dias, depois de publicada essa lei, para poderem se adequar. E aquelas que não cumprirem essa lei, nós as veremos sendo punidas com uma multa.

Espero que esta lei que aprovamos no dia de hoje, que a Assembléia Legislativa do Paraná aprova, possa regulamentar e ajudar os cidadãos paranaenses a terem um melhor atendimento nessas agências que hoje tornaram-se como se fossem agências bancárias. E como nas agências bancárias já temos uma legislação que regulamenta o atendimento das pessoas, agora também nas agências lotéricas essa regulamentação vai favorecer a vida daqueles que procuram-nas para ali fazerem os seus depósitos, sacar as suas aposentadorias e, ao mesmo tempo, pagar as taxas devidas que essas agências recebem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças. com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Deputada Cida Borghetti, Deputado Chico Noroeste, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos encerrando o semestre de atividades da Assembléia Legislativa, pena até que muitas cadeiras estejam vazias, hoje, no último dia da Sessão. Agradecer aos funcionários e funcionárias desta Casa, aos jornalistas que cobrem as Sessões da Assembléia Legislativa, e desejar que Deus continue nos iluminando no 2º semestre para que possamos continuar servindo o nosso povo paranaense.

Acho que a Assembléia Legislativa, se ela é criticada em alguns pontos, temos que destacar também

os inúmeros projetos que foram aprovados, ou debatidos, ou os pronunciamentos que foram feitos das duas tribunas desta Casa de Leis.

No âmbito do Congresso Nacional, lamentar que a reforma política, aguardada por uma boa parte da população brasileira, não andou, não evoluiu, ficou na estaca zero. Também nada foi feito pela reforma tributária, as mudanças que o país espera em várias áreas, infelizmente o Congresso Nacional teve uma produtividade - acompanhamos no noticiário - na Câmara, no Senado e nas Sessões em conjunto na Câmara e no Senado foi pouco produtivo para o país o trabalho do Congresso Nacional neste 1º semestre. Nossos votos de que as atividades possam ser melhoradas para o 2º semestre.

E anunciar, Sr. Presidente, o projeto de lei que estamos apresentando nesta Casa, eu sei que a imprensa, já militei na imprensa, em jornal, rádio e TV, sei que Sessão de Câmara, de Assembléia, de Congresso Nacional, o que mais motiva o interesse do pessoal da imprensa é a parte política. Nos projetos administrativos nem sempre tem espaço na imprensa e nós temos que entender. A propriedade da imprensa é mais pelo noticiário político, mas temos que continuar fazendo a nossa parte. Aqueles que estão vocacionados a ocupar a tribuna, acalorados debates, pronunciamentos políticos, temos que respeitar os nossos colegas, como também, acho que uma outra parte que não gosta de entrar no debate político tem que cumprir o seu papel apresentando projetos na área administrativa. Foi por isto até que apresentamos um projeto, sabendo que a repercussão é quase nada. Não tem problema, estamos fazendo a nossa parte.

É no sentido, Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que viaja muitos dias de automóvel, corre o Paraná, conhece o Paraná como ninguém, sabe que em determinados horários as nossas rodovias estão congestionadas, às vezes por acidentes, em véspera de feriado, sexta-feira é o dia que a estrada mais fica com fluxo de veículo, domingo à tarde. Agora, qual o projeto que estamos trazendo para esta Casa? Acho que é um projeto que, se aprovado, é um projeto bom para o Paraná, para quem usa a estrada, para quem viaja de ônibus, para quem usa o automóvel, a moto. Estamos pretendendo, com este projeto de lei, e ele não é inconstitucional, ele se enquadra dentro dos princípios constitucionais, nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, é dar um desconto para quem viajar nas nossas rodovias de madrugada, porque tem horas de madrugada que quase dá para ler jornal no meio do asfalto, nas principais rodovias do Paraná, não tem movimento. O nosso projeto é dar um abastecimento, dar um desconto na tarifa do pedágio, de 25%, para quem usar as nossas rodovias pedagiadas da meia-noite às 6h da manhã.

As empresas transportadoras de cargas, os caminhoneiros, principalmente, eles vão preferir, lógico, por medida de economia, para poder ganhar mais, eles vão preferir passar na praça de pedágio na hora em que o pedágio for mais barato, já que o pedágio está caro, já que a

rodovia, em outros momentos, está congestionada - já teve dias de eu ir daqui para Londrina, e o nobre Deputado Marcelo Rangel deve ter enfrentado isto, para chegarmos daqui a Campo Largo, na hora do *rush*, 45 minutos ou mais - por quê? Porque as empresas que receberam as rodovias em concessão, montando a praça de pedágio, desrespeitaram o que está no contrato, não cumpriram o compromisso que assumiram de fazer a duplicação de nossas estradas. Fizemos pequenos trechos e pararam.

É evidente que se fizer pesquisa, e já foi feita, a maioria do povo é a favor do pedágio - é contra a tarifa, porque está provado também que no Brasil, onde tem pedágio a rodovia é mais bem conservada. O que o povo questiona e bate é sobre o preço da tarifa do pedágio, mas como a concessionária desrespeitou o povo do Paraná, desrespeitou o que está no contrato e as autoridades não fizeram nada para punir, para acionar as concessionárias das praças de pedágio, entendemos que para ajustar esta situação incômoda da falta de uma segunda pista, um desconto de 25% da meia-noite às 6h da manhã, não vai quebrar a empresa de pedágio e não é inconstitucional, porque também não mexe no caixa do Governo.

Então, nosso apelo hoje é que a imprensa, nos aguerridos profissionais da imprensa que cobrem a Assembléia Legislativa dessem apoio à essa iniciativa, porque eu não tenho dúvida, havendo desconto da tarifa na madrugada, principalmente as empresas transportadoras de carga vão preferir, sim, e muito, a utilização dessas rodovias durante a madrugada, aliviando, desafogando o tráfego nos demais horários, facilitando a vida de quem quiser viajar durante o dia ou até determinada hora da noite, que terá a estrada mais livre para poder fazer a viagem de negócios ou a passeio pelas nossas rodovias do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso projeto é simples, é claro, é um projeto feijãozinho com arroz, bem à moda brasileira, determinando o seguinte: Todo veículo que passar na praça de pedágio da meia-noite às 6h da manhã terá um desconto de 25%, com isso as estradas serão melhor aproveitadas na madrugada, desafogando, acabando com grande parte desses congestionamentos que temos hoje em muitas rodovias do Paraná. Esses congestionamentos muitas vezes são causadores de graves acidentes, acidentes até com consequências fatais para as famílias, para as pessoas que estão se locomovendo nas estradas do Paraná.

Nosso apelo para que os nobres colegas analisem bem a importância, até para o desenvolvimento do Paraná, desse nosso projeto que estamos submetendo à apreciação do douto Plenário. Estou muito confiante e otimista, querido Deputado Dobrandino que este projeto vai ser aprovado. Volto a repetir, não mexe no bolso do Governo, não é inconstitucional e até a concessionária deveria aplaudir esse projeto, porque jogando um pouco mais o trânsito na madrugada vai ser muito melhor para quem viaja nos outros horários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Valdir Rossoni, com a palavra no horário do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui fazer um registro, hoje, até porque estamos encerrando o 1º semestre, depois quero falar sobre o que disse aqui o Deputado Edson. Neste 1º semestre, muitas vezes eu subi a esta tribuna e reclamei do som. Quero cumprimentar hoje os funcionários do som, está perfeito, daqui você está falando, tem um bom retorno, não há necessidade de aumentar o volume para que você possa se ouvir.

Deputado Praczyk, se tivéssemos conversado sobre o que aconteceu no 1º semestre e o que eu estava sentindo, sentado ali na mesma cadeira, nesse último semestre, talvez eu não tivesse conseguido transmitir o que eu estava sentindo como quando V. Exa. falou da tribuna ali.

A grande verdade, Deputado Edson, é que como Líder da Oposição, encerro o 1º semestre sentindo um vazio enorme, sentindo que o trabalho que é para ser desempenhado pelos Srs. Parlamentares, não encontra ressonância, não encontra eco, não encontra apoio para que nós Parlamentares possamos fazer um trabalho de resultados em favor do povo do Paraná.

Estamos hoje analisando o final do semestre. O que é que vamos lembrar desse 1º semestre no ano que vem? O que vai ser lembrado? Qual foi o grande feito que esta Casa, junto com o Governo do Estado, junto com o Poder Executivo, conseguiu? Hoje, passo a lembrar, aqui, o que aconteceu neste 1º semestre. Vamos lembrar da área da saúde. Qual foi o grande feito deste Governo na área da saúde? Se lembrarmos da campanha eleitoral, e aí por isso que às vezes acho que me torno chato, Deputado Edson, porque sou repetitivo, mas se formos lembrar da área da saúde, Deputado Carli, quando assistimos o programa eleitoral, aquelas maquetes lindas dos hospitais sendo construídos no Paraná, pelo menos neste semestre teve algumas inaugurações. Não estou lembrado. O que predominou na área da saúde? Predominou a imagem do mau atendimento, das filas, do movimento das pessoas que precisam de remédios contínuos e que por uma bizarrice do Governo, não diria bizarrice, diria falta de confiança do Governador no seu Secretário da Saúde, o Governador centraliza a compra de remédios na sua mão e aí não despacha os processos e ocorre o quê? Ocorre que aumenta em 5, 6 vezes os recursos que são gastos em remédios. Ao mesmo tempo, nunca houve um movimento de pessoas que precisam de remédios de uso contínuo em frente ao Palácio Iguaçu, na história do Paraná. Na área da saúde o que podemos recordar é isso. E aquela velha promessa que os hospitais regionais estão sendo construídos. Alguns até estão, mas tão devagar que, certamente, no

final do próximo Governo vão estar as mesmas maquetes na propaganda eleitoral.

Vamos voltar agora, Deputado Douglas, V. Exa. vem de uma região agrícola - e o Deputado Augustinho Zucchi está presidindo esta Casa - vamos lembrar de algo positivo que está acontecendo na área da agricultura, que é um feito deste Governo. Do que vamos lembrar deste Governo? Programa de calcário, que é um projeto do Deputado Augustinho Zucchi. Está sendo executado? Não. O Paraná 12 Meses, ou um projeto que substituísse, um programa de apoio aos pequenos agricultores. Sabe no que o Governo do Estado se apegar? Se apegar no programa do Governo Federal. Aí ele vem aqui, aproveitou a vinda do Ministro e na verdade são recursos do Governo Federal.

Secretaria da Agricultura, poderíamos fazer um plantão lá em frente para ver se alguém vai à Secretaria da Agricultura. Não vai, porque não tem o que fazer lá, não tem um programa, não tem nada!

Aí, vamos lembrar o que deste 1º semestre? Dos indícios de corrupção! Aí sim, aí não quero aqui enumerar, mas são inúmeros e nada esclarecidos. Falou muito bem, há pouco ouvimos o Deputado Jocelito falando sobre o policial Raserá. Lembra quando quiseram fazer aquela CPI macabra, rápida e eu procurei liberar os Deputados da Oposição e disse: não vamos participar, porque estaremos assinando ou fazendo um relatório que amanhã ou depois estaremos dizendo que acabou em pizza. O próprio Deputado Jocelito constata que não foi uma pizza, foi um aperitivo. Deputado, o policial Raserá gozava de prestígio junto ao Palácio Iguaçu e eu não quero entrar no caso da pessoa Raserá, mas se ele permanece preso ainda, algo estranho está no ar, mas não podemos esquecer que esta Casa fez uma CPI e não acusou nada.

Vamos para a área da comunicação. Está aí o Deputado Rangel que pode falar sobre comunicação e vêm sucessivos escândalos mal explicados, mas o que vai ficar marcado de negativo deste semestre? Quando foi criado a ParanaPrevidência - e é importante registrar, porque vai ser pauta para o 2º semestre - quando foi criada a ParanaPrevidência, foi formatado de uma forma de antecipação dos *royalties*, de colocarmos imóveis como patrimônio da ParanaPrevidência. Foi negociado que a partir de maio de 2005, o Governo, em 270 parcelas, iniciaria o pagamento parcelado para capitalizar a ParanaPrevidência que hoje, para o Brasil, é um exemplo, porque é o único estado e aqui no sul pelo menos - está aí o Rio Grande do Sul, falido - o estado do Paraná não está falido devido a isso.

Quero registrar a questão da ParanaPrevidência porque é uma questão que vai ter que ser aprofundada, porque este rombo que começa a aparecer e que constatamos na última reunião dos Deputados da Oposição, o Governo faz 2 anos que não recolhe o que é devido por lei à ParanaPrevidência. Este rombo está ficando aí e o pior, a constatação da pessoa que fez os levantamentos de que quem fez um grande mal...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem a palavra para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Esta questão da ParanaPrevidência é importante e quero fazer esse registro para concluir a minha fala e registrar, porque vamos ter que debater esse assunto, sim, no 2º semestre, senão, vai acontecer o mesmo, vai passar despercebido. Quando se extinguiu o Fundo Previdenciário no Governo anterior do Requião e que hoje poderíamos estar aqui pagando todos os inativos do estado, mas sob o argumento de que os recursos seriam investidos na obra da duplicação para Joinville, extinguiu-se o Fundo de Previdência e agora, o Governo comete o mesmo erro em não cumprir a lei, não cumprir o que a lei exige na questão da ParanaPrevidência.

Encerro a minha fala, mas apenas quero fazer um registro.

Quero cumprimentar - o Líder do PT, Deputado Welter, pediu um aparte, mas estou concluindo - quero fazer um registro positivo, para não me firmar só no negativismo que marcou o 1º semestre.

O Prefeito Beto Richa voltou de Brasília, hoje. Conversei com ele rapidamente e ele estava surpreso com o tratamento que recebeu do Presidente Lula ontem em Brasília, do PAC, a atenção que Curitiba vai receber do PAC. Queremos trazer a nossa palavra de parceiro do Prefeito Beto Richa, do mesmo partido, mas trazer o reconhecimento do Prefeito Beto Richa, do equilíbrio com que o Governo Federal está tratando esta questão do PAC e a atenção que foi dada ao Prefeito Beto Richa, do PSDB, adversário do PT.

Mas, queremos deixar registrado, se esse equilíbrio que hoje o Governo Federal concedeu à Prefeitura de Curitiba, governada pelo PSDB, o Paraná também tivesse o mesmo equilíbrio, certamente, eu estaria nesta tribuna, hoje, ressaltando alguns feitos que não pude fazer nesta minha fala.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB, com a palavra Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Caro Presidente, nobres Pares, hoje é o dia de proteção às florestas, comemoramos o dia dentro do Brasil e no mundo, de proteção àquilo que mais nos protege.

Subo à tribuna para fazer uma homenagem neste dia que é tão caro, embora todos os dias sejam dias de se comemorar a vida, mas também para fazer algumas reflexões a respeito deste dia e do que ocorre no estado do Paraná. Há quem já tenha dito que a luta pela biodiversidade vai ser ganha ou perdida nas florestas, querendo

dizer que é exatamente aí que reside a nossa esperança e o desmatamento, seja ele para qual fim tenha sido, ou as agressões que tenham sido feitas ao mundo natural, atendam diretamente contra a vida.

Eu iria mais longe, chamando a atenção até daqueles que advogam pela necessidade de um Paraná rural, agrícola, de um Paraná forte, como é o nosso, esses 2% do Brasil, que responde por mais de 25% na produção de grãos no nosso país.

Chamaria a atenção por quê? Porque é exatamente o aumento da chamada biodiversidade, que é o número de espécies e a diversidade de espécies animais e vegetais que faz com que o ambiente seja mais estável e, portanto, mais produtivo. Assim é que quanto mais biodiverso, mais produtivo é o ambiente.

Diria até, fazendo coro aos nobres Deputados que usaram da tribuna antes de mim, e agradecendo ao Líder do PMDB a cessão do tempo do partido para esta exposição rápida, eu diria que o Paraná está fazendo a lição de casa.

Vejam os senhores, o estado do Paraná tinha, Deputado Rusch, há 6 anos atrás, 2,7% de reservas florestais, a chamada reserva legal, os 20% de cada propriedade. Hoje, o Paraná está batendo a casa dos 9%, ou seja, o Paraná, em 6 anos, triplicou as suas reservas legais. Isso significa que agricultores fizeram a lição de casa. Não sem, claro, dar o quinhão da sua parte, porque não é fácil, Presidente Zucchi, o senhor que é engenheiro agrônomo, o proprietário rural e no Paraná, 86% deles são pequenos proprietários, cederam uma parte de preservação do seu patrimônio, para preservar aquilo que não é para ele, mas sim, para a humanidade.

Muitas vezes me perguntam: quanto custa preservar uma imbuia de 700 anos, na sua propriedade? Não deve ser barato, não deve ser fácil. O agricultor que o faz, não faz só para si, ele faz em obediência à lei, mas uma lei que obedece a um princípio coletivo de extraordinária importância.

Pois bem, o Paraná triplicou o volume de reservas legais. Ele tem que ter 20% até 2016 das áreas agricultáveis e já tem praticamente 9%, ou seja, quase metade disso.

Mas, o estado foi mais longe ainda. Uma das dificuldades que o estado sempre teve foi a perda de solo amplamente trabalhada com programas de readequação de estradas, plantio direto, microbacias, a quebra do baranco, o cascalhamento, os bigodes e tantas coisas importantes. Mas, ainda faltava o agricultor se conscientizar e fazer as chamadas matas ciliares, pelas quais o solo se perdia em grande quantidade para dentro das águas. Pois bem! O Paraná, há seis anos atrás, inovou um programa que é considerado o maior Programa do mundo de preservação de matas ciliares. Tão grande que a ONU lançou um programa similar para que o mundo venha a plantar 1 bilhão de árvores nativas em todo o planeta.

O Paraná baterá a cifra, ao final deste Governo, de mais de 100 milhões de árvores plantadas à beira dos

rios. Isso significa que o Paraná sozinho, estará dando uma contribuição de mais de 10% do que o mundo quer plantar. É motivo para se orgulhar.

E o Paraná foi mais longe ainda, um trabalho de preservação da Floresta Atlântica, segundo não o Governo, segundo a crítica, e ácida crítica, da ONG Mata Atlântica, constatou que o Paraná reduziu em 88% a degradação da Serra do Mar. Freou uma degradação que vinha como uma locomotiva na banguela, descida abaixo e freou essa degradação em 88%. Não é o Governo que fala isso, não é a base de sustentação governista, mas é insuspeita ONG brasileira Mata Atlântica.

Para coroar ainda mais esses números exitosos, o Governador Requião pediu a este Deputado e à bancada governista, e espera a aquiescência dos nobres Parlamentares independentes e da bancada oposicionista também que façamos as devidas alterações na Constituição do Estado do Paraná, para tornar ainda mais efetiva a proteção da Serra do Mar.

Pretende o Governador e a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, que já fez uma primeira audiência com pessoas de notório saber, convalidada por este Plenário, para ouvir pessoas sobre o que devemos fazer para preservar ainda mais a Floresta Atlântica agora, tirando-a da sanha e da voracidade de alguns grupos econômicos estrangeiros, como grupos ingleses, chineses e outros mais, mineradores, que pretendem alguns minérios da Serra do Mar em troca das cicatrizes seculares que ficarão em nosso bioma tão caro, tão precioso, que é o bioma da Serra do Mar.

Esse 2º semestre será palco, aqui na Assembléia Legislativa, de uma discussão como essa que ganhará todo o povo do Paraná com isso.

Mais do que isso, além desses dados que são exitosos neste dia em que comemoramos o Dia de Proteção às florestas, é preciso dizer que o Governo, nesses 6 anos, fez no chamado Programa Paraná Biodiversidade, que abrange uma área de 2 milhões de hectares, 63 municípios e criando corredores de biodiversidade, ele ampliou em 133 mil hectares os corredores de florestas. Não é brincadeira! Até porque no meio desses corredores existem propriedades, proprietários, existem famílias e o Governo inova, não fazendo apenas a mata física, mas convencendo os proprietários a optarem por uma agricultura sustentável, uma agricultura ecologicamente viável.

Ou seja, é uma mudança de panorama, de conceito daquilo que a pessoa tem de mais precioso, que é a sua cultura. Ao invés, em troca da cultura da predação, a cultura da manutenção, da integridade à vida. E para isso, o Governo está pagando, nos chamados Módulos Rurais, juntando 20 propriedades de cada vez, pagando R\$ 6 mil para cada proprietário, ou seja, R\$ 120 mil para um grupo de 20 agricultores iniciarem a transformação de sua propriedade. Às vezes, o proprietário corta a mata ciliar para vendê-la como carvão. Estancar isso e fazê-lo produzir mel, produzir uma agricultura orgânica. É claro que há

necessidade de recursos e empreendimentos. E isto está sendo feito através do Programa Paraná Biodiversidade.

Poderíamos falar, aqui, dos parques estaduais, que há 6 anos atrás eram apenas 17 deles abertos. Hoje, já são quase 30, ou seja, quase se dobrou o número de parques estaduais abertos no Paraná e com condições de frequentabilidade. Enfim, não vou cansá-los, nobres Pares, mas hoje, no dia em que se comemora o Dia de Proteção às Florestas, posso dizer e assino embaixo que o Paraná está fazendo a lição de casa. Isto não é bom só para o Governo, é bom para todos nós, para os 10 milhões de paranaenses que querem, desejam e merecem viver num estado cada vez mais equilibrado e cada vez mais próspero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Conforme artigo 14, parágrafo único, com a palavra a Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu penso, Deputado Pugliesi, Líder do nosso glorioso MDB, V. Exa. que aliás é um dos fundadores do nosso partido, na época em que, claro, os militantes não eram obrigados a usar paletó, porque nas ruas enfrentavam a ditadura e lutavam pelas liberdades públicas do nosso país.

Mas, quero, Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição e demais Líderes dos diversos partidos que compõem a Bancada Oposicionista e aos meus companheiros, que apóiam o nosso Governo; educação infantil, queria dizer a todos os Parlamentares desta Casa, penso que este 1º semestre foi feito com muito trabalho, porque tanto do âmbito do processo legislativo, como do debate político que travamos aqui neste Plenário, efetivamente temos que reconhecer que foi um dos períodos de maior trabalho desta Casa. Começamos, inclusive, por estender o próprio período de trabalho das Sessões Legislativas, diminuindo o recesso e certamente ampliando - como em nenhum outro momento desta Casa - as Sessões Plenárias.

Penso que o 2º semestre também será assim. Penso que o próprio advento da TV Assembléia, neste semestre, vai valorizar o debate político e certamente vamos ter até Sessões mais longas, mas cada um dos Parlamentares vai se preparar ainda mais, para promover o debate necessário que devemos ter sobre o futuro deste Parlamento.

Agora, foi um 1º semestre de muitas realizações. Eu começo, claro, falando de um tema que foi da maior importância - para mim, pelo menos, e penso que para o futuro da habitação do estado - que foi aprovarmos o Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social, que criou o Sistema, criou o Conselho, que promove a gestão

democrática da política habitacional. Foi um grande avanço que tivemos e que construímos por consenso, nesta Casa.

Além disto, estabelecemos a nova política salarial dos servidores públicos, que é o único estado que promoveu um reajuste de 17% para o magistério de ensino médio e fundamental. Além, é claro, já de ter promovido o reajuste para os docentes de ensino superior. Mas, penso que conseguimos, fundamentalmente, definir uma data-base, 1º de maio do ano que vem, de nova etapa de revisão de salários de servidores públicos estaduais. Isto foi fundamental para o entendimento desta Casa: criação do sistema de controle interno.

Tivemos, enfim, a aprovação de todos os projetos, na verdade todas as mensagens que o Governador Roberto Requião enviou par esta Casa foram aprovadas, muitas com grande debate. Mas, se há uma coisa que o Poder Executivo deste estado não pode deixar de reconhecer é que mesmo que tenhamos nesta Casa travado um grande debate, todas as leis que o Governo enviou foram aprovadas. O que esperamos, é claro, é a boa gestão de dinheiro público e que o Governo possa avançar ainda mais nas boas políticas que promovem a inclusão social e que, ao meu ver, combatem as políticas neoliberais, que excluem socialmente e excluem o conjunto da sociedade.

Por isso, quero de fato, nesta última Sessão Plenária deste 1º semestre, no horário da Liderança do Governo, agradecer muito a cada um dos Srs. Parlamentares, os meus companheiros de bancada que apóiam o Governo, pela lealdade, companheirismo, pela firmeza e pelo debate sempre franco que tivemos. E pela Oposição também, com debates respeitosos, às vezes mais acalorados, mas tenho que reconhecer que tivemos aqui um processo extremamente construtivo e confesso que saio para esse período que vamos visitar cada um dos nossos municípios, reencontrar de uma forma até mais intensa, porque temos mais tempo, mas visitar aqueles que nos elegeram e que nós temos compromisso, certamente vamos com o sentimento do dever cumprido. Nenhum Parlamentar irá para esse recesso visitar as suas bases eleitorais sem a convicção que aqui fizemos neste 1º semestre um grande trabalho, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados!

Por isso, fica aqui o meu grande agradecimento a todos pela imensa e enorme colaboração, pela satisfação da convivência, da relação fraterna, muitas vezes dura, mas absolutamente leal que travamos aqui nesta Casa neste 1º semestre. Tenho certeza que o 2º semestre será melhor ainda! Teremos aí pela frente a elaboração do Plano Plurianual, que demandará uma grande discussão sobre a questão do planejamento do nosso estado. O Governo, por seu lado, está trabalhando no PAC Estadual e nós vamos ter, de fato, o anúncio de um conjunto de medidas que inclui, inclusive, Deputado Douglas Fabrício, um redirecionamento do Banco Social, que V. Exa. se referiu ainda há pouco, e saiba V. Exa. que toda vez

que fala, imediatamente tomo as providências. E me ligou aqui o nosso Secretário Nelson Garcia, me falando que vai, inclusive, servir o Banco Social para a área agrícola - que não serve hoje - fundamentalmente e especialmente naquelas regiões de IDH mais baixo, que é a grande preocupação que temos para corrigir a desigualdade social no Vale da Ribeira, a nossa região central do estado e o norte pioneiro, região que temos a satisfação de representar aqui nesta Casa, que é uma região que temos que reencontrar o caminho do desenvolvimento econômico e social e certamente é uma região que vai receber muito aporte de investimento, e precisa.

Mas, deixo aqui a minha saudação a todos, aos funcionários desta Casa que muito colaboraram, para que pudéssemos ter, de fato, um desempenho, na minha avaliação, muito positivo, e a todos os Parlamentares que aqui pudemos conviver, para que pudéssemos chegar ao término desta Sessão Legislativa, deste 1º semestre, de uma forma que todos nós possamos nos orgulhar do trabalho que realizamos.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado a todos os Srs. e Sras. Parlamentares!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

Liderança da Oposição: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje se encerra o 1º semestre, o meu 1º semestre de mandato como Deputado Estadual, o mais jovem Deputado Estadual desta Casa. Quando iniciamos esta legislatura, entrei com muita confiança que mesmo sendo Oposição, sempre fiscalizando este Governo, esperando ações positivas, ações como o próprio Governador diz, em prol da população, um Governo de Esquerda, um Governo que segue a Carta de Puebla, mas, Deputado Valdir Rossoni, não foi isso que aconteceu, infelizmente. O meu balanço do Governo do Estado, do Governador Roberto Requião é extremamente negativo.

Mesmo que nós Deputados tenhamos nos esforçado, debatido e elaborado projetos para que pudéssemos auxiliar o Governo do Estado, Deputado Romanelli, ficamos chateados de as marcas deste 1º semestre não serem positivas. Deputado Valdir Rossoni, qual é a marca, qual é a lembrança que fica deste 1º semestre? Deputado Romanelli lembrou do aumento dado aos servidores, que com muita justiça foi dado aumento aos servidores, só que não foi pago, apenas os professores receberam esse aumento. Isso não é democrático, isso também não é justo. Então, para que fique claro que, realmente, nem todos estão sendo atendidos.

Na saúde, não precisamos comentar. Vamos lembrar, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Marcelo

Rangel, Deputado Jocelito - que vem brigando, há muito tempo, pelas UTIs em Ponta Grossa, que até hoje não saíram - da falta de medicamentos, medicamentos contínuos, remédios para parkinsonianos - pessoas que, realmente, sofrem com essa doença - não foram regularizados. Hoje, vindo para a Assembléia, vindo para mais um dia de trabalho, para nosso encerramento, ouço no rádio CBN que as pessoas que precisam de remédio para hepatite C também não têm esse remédio. Médicos estão tendo que desembolsar dinheiro, parentes estão tendo que ajudar, porque esses medicamentos que são de obrigação do Governo também não estão sendo distribuídos.

Além de não fazer o seu papel social - além de não cumprir com as suas obrigações - este Governo ainda se dá ao direito de se envolver em escândalos. Nós tivemos, aqui, uma das autarquias fortíssimas do Governo do Estado, que é a SANEPAR, um escândalo envolvendo mais de R\$ 100 milhões, para ser mais preciso 113 milhões, Deputada Cida Borghetti, e que recebemos a visita do Sr. Stênio, do Sr. Pedro Henrique Xavier e, por último, do Sérgio Botto de Lacerda, e nada ficou esclarecido. Não sabemos para onde foi o dinheiro; não sabemos como estão os aditivos, esses bondosos aditivos que foram dados, Deputado Valdir Rossoni, e as obras não foram concluídas. Então, é um Governo, realmente, decepcionante.

Quero passar uma borracha neste 1º semestre e procurar ajudar. Estamos aqui para auxiliar, porque devemos criticar, devemos fiscalizar, quando for necessário, mas também queremos ajudar. Nós somos Deputados do estado do Paraná, é um Governo para todo estado do Paraná e queremos o bem do nosso Estado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Realmente, está de parabéns.

Quero destacar o assunto que o senhor falou da questão da saúde pública. Estive em Ponta Grossa por duas vezes. Agora, por último, participando de uma Audiência Pública, inclusive o senhor também esteve lá. Na época da campanha, o Governador prometeu um hospital regional para Ponta Grossa. Dizia que com o hospital regional iria solucionar o problema e tal. A informação que eu consegui lá foi que, ao final deste ano, esse hospital regional vai chegar a 12% construído. Se for 12% por ano, em 4 anos ele vai conseguir ter 48% do hospital. Vai precisar de mais 1 mandato para conseguir concluir esse hospital. Então, não resolveu o problema da saúde pública.

Eu repito o que falei agora pouco, ouço rumores de que vai haver mudanças na Secretaria da Saúde Pública do Estado do Paraná. Significa dizer que a Oposição tinha razão, precisava cobrar para fazer mudanças, para ver se vai melhorar. Está certo?

Agradeço a oportunidade.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Carli?

(Assentimento)

Eu só queria contestar o meu amigo, Deputado Douglas.

Deputado Douglas, ficamos 160 e poucos anos esperando um hospital. A saúde tem problemas em todos os lugares, lá em Campo Mourão tem problemas também. A saúde tem problemas e ninguém resolve. A saúde tem que melhorar. Não posso me calar, porque para quem não tinha nada, eu já subi no 2º andar do Hospital Regional de Ponta Grossa e me sinto feliz. Eu sou crítico deste Governo e estou me sentindo feliz, porque nunca tivemos um hospital regional e, agora, estamos construindo um. Podem criticar a saúde, que tem coisas erradas. O nosso Hospital Regional de Ponta Grossa é o sonho que Cascavel, Maringá e Londrina já têm e Ponta Grossa começa a ter. Nem que demore mais 1 ano, mais 1 ano e meio, mas vai estar pronto, aquele que é o sonho da minha filha e os meus netos haverão de ser cuidados nesse hospital. Estou feliz com esse hospital, mesmo que esteja devagar.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Esperamos que não leve mais 160 anos, Jocelito.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de dizer que a consideração do Deputado Douglas Fabrício é extremamente pertinente. Ele falou que em 1 ano e meio, quase 2 anos, apenas 12% do hospital regional está realizado. Vamos esperar muitos anos ainda para termos um hospital pronto, sem contar com os equipamentos, os médicos, enfermeiros e sem saber quem irá gerir o hospital regional, se vai ser o Governo do Estado do Paraná ou será a Prefeitura Municipal. Essa informação ainda não nos foi passada. Eu fiz a pergunta para o Secretário da Saúde e ele falou que poderia ser uma gestão mista.

O fato é que precisamos cobrar. O hospital regional pode ser uma bênção, mas até o hospital ficar completo, estar em atividade, muitas pessoas e famílias podem padecer.

O Deputado Douglas está de parabéns pelo seu pronunciamento, mas precisamos cobrar atitudes completas e imediatas, com relação à saúde nos campos gerais.

Parabéns, Deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Sobram promessas e faltam ações.

Parabenizo todo o esforço feito pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque não é fácil defender este Governo, Deputado. V. Exa. tem sido um herói em buscar respostas lá no fim do túnel, muitas vezes não encontradas.

Queremos a melhoria, um 2º semestre mais forte, feito de trabalho, com ações e que os compromissos seja honrados pelo nosso Governador.

Um bom recesso a todos e até o 2º semestre.
Muito obrigado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Queria que V. Exa. me inscrevesse depois, em Explicações Pessoais, porque quero finalizar esse 1º semestre com o pé direito.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está inscrito, desde que permaneçam 5 Deputados. Está no Regimento.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a Mesa, Indicação nº 229/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que determinem à VIAPAR, concessionária de trecho da rodovia BR-376, a instalação de redutores de velocidade, novas sinalizações e construção de rodovias secundárias de acesso aos estabelecimentos comerciais e industriais que estão situados à margem de trecho dessa rodovia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 230/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, o fornecimento de um endoscópio para o município de Biturana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 231/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a execução de 2500 metros de acostamento entre a cidade de Irati e Inácio Martins, na comunidade de Rio Corrente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 232/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a aquisição de equipamentos básicos e materiais de consumo para o CEDOC - Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 233/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra.

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a instalação de um elevador na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 234/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a aquisição de equipamentos para os laboratórios de Engenharia Ambiental da UNICENTRO de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Péricles de Mello e Elton Welter, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2145, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando o não comparecimento à Sessão Plenária do dia 17 de julho de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 243/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996:

I - A alínea “f” do inciso II do antigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“f) óleo diesel (código NCM 2710.19.21), biodiesel (código NCM 3824.90.29), mistura óleo diesel/biodiesel (código NCM 2710.19.21), gás de refinaria (NCM 2711.29.90), gás liquefeito de petróleo (código NCM 2711.19.10) e gás natural (código NCM 2711.11.00 e 2711.21.00).”

II - A alínea “d” do inciso IV do artigo 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) receber mercadoria desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.”

III - Fica acrescentado o parágrafo 8º ao artigo 24:

“§ 8º O contribuinte que efetue transporte de carga própria poderá creditar-se do imposto das operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, fluídos, pneus, câmaras de ar e demais materiais rodantes, peças de reposição e outros produtos de manutenção de frota, inclusive de limpeza, observando o disposto no artigo 27.”

IV - O artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. Para os casos em que se exigir atualização monetária, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do tributo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 2º Para determinação do valor da multa a ser exigida em auto de infração:

a) os valores originais correspondentes a sua base de cálculo deverão ser atualizados a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto;

b) quando não for possível precisar a data da ocorrência da infração, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.”

V - O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento, inclusive o decorrente de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á a média aritmética das taxas do período verificado.

§ 3º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput* deste artigo.

VI - O parágrafo 2º do artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo acrescido dos juros de mora devidos.”

VII - Fica acrescentando o parágrafo 4º ao artigo 41:

“§ 4º Sobre os créditos tributários já parcelados incidirão juros de mora calculados da data da celebração do respectivo acordo até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.”

VIII - Fica acrescentada a alínea “c” ao parágrafo único do artigo 40, com a seguinte redação:

“c) em 40% (quarenta por cento) quando pagas, até 30º dia subsequente ao da ciência da decisão administrativa irreformável do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.”

Art. 2º A atualização monetária de que trata o artigo 37 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, com a redação dada pelo inciso IV do artigo 1º desta lei, aplica-se a qualquer termo de acordo ou contrato referente a parcelamento ou dilação de prazo de recolhimento de ICMS relacionado com a participação do contribuinte em um dos seguintes programas de incentivo: “Programa Bom Emprego”, “Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos” e “Programas de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR”, na forma e até o final do prazo neles estabelecidos.

Art. 3º Fica excluída a atualização monetária aplicada aos créditos tributários não pagos na época própria a partir de 1º de julho de 1996, nos casos em que esta aplicação ocorreu de forma cumulada com a exigência de juros com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou com base na taxa estabelecida no parágrafo 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional.

§ 1º A dispensa de que trata este artigo não confere direito à restituição ou compensação, total ou parcial, de valores recolhidos.

§ 2º Os valores indevidamente recolhidos a partir de 22 de janeiro de 2007 serão compensados automaticamente no caso de crédito tributário objeto de parcelamento, ou restituídos nos termos do artigo 30 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 4º Ficam revogados os artigos 2º e 3º da Lei nº 15450, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias, contados da data da publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2006, em relação à alteração II do artigo 1º, a partir de 22 de janeiro de 2007, em relação às alterações III, IV, V, VI e VII do artigo 1º e aos artigos 2º, 3º e 4º; e na data da publicação, em relação aos demais dispositivos.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/07, que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA, dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 244/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 15336, de 22 de dezembro de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica dispensado o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos definitivamente baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007 e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

§ 1º O órgão público responsável encaminhará rol dos veículos que serão objeto de baixa para leilão na condição de sucata ao DETRAN/PR, que o remeterá à Secretaria de Estado da Fazenda para registro de dispensa do IPVA.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre o tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agências lotéricas, que prestem serviços bancários no estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 324/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que as agências lotéricas, que prestem serviços bancários, deverão colocar à disposição de seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixa, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no *caput*, o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º Os prestadores de serviços indicados no *caput* deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

Art. 2º Fica estabelecido o atendimento preferencial e diferenciado nos caixas, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e portadores de necessidades especiais, e pessoas com crianças no colo.

Art. 3º O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência/PR;

III - multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência/PR;

IV - a partir da 5ª (quinta) reincidência, multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência/PR;

V - a inclusão do infrator em cadastro público de reclamações fundamentadas do PROCON/PR, desde o primeiro registro de reclamação, ato de ofício ou lavratura de auto de infração, após análise pelo órgão público de defesa do consumidor, considerada procedente por decisão definitiva.

§ 1º Os estabelecimentos compreendidos nesta lei só sairão do cadastro público mencionado no item IV após o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

§ 2º O Poder Executivo publicará o auto de infração, previsto no artigo anterior, no Diário Oficial do Estado, até o 10º dia do mês subsequente.

§ 3º Não será considerada infração à lei, desde que devidamente comprovado, quando a não observância do tempo de espera previsto no parágrafo 1º do artigo 1º, decorrer de:

I - força maior, tais como falta de energia elétrica, problemas relacionados com telefonia e transmissão de dados;

II - greves.

Art. 4º As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhados ao PROCON/PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Parágrafo Único. O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e sua averiguação e controle.

Art. 5º As agências lotéricas, terão 90 dias, a contar da data de publicação desta lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 421/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 421/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

Normas e Princípios da Licitação e Contratação

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela união.

§ 1º Subordinam-se às normas desta lei:

I – os órgãos da administração direta;

II – as autarquias, inclusive as em regime especial e as fundações públicas;

III – os fundos especiais, não personificados, pelo seu gestor;

IV – as sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, prestadoras de serviço público.

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, enquanto não for aprovado o estatuto jurídico a que se refere o artigo 173, parágrafo 1º, da Constituição Federal, podem editar regulamento próprio, o qual deve observar:

I – âmbito de aplicação restrito às atividades fins;

II – submissão a esta lei da atividade administrativa e de apoio;

III – adoção dos princípios desta lei;

IV – aprovação pela autoridade máxima;

V – publicação na imprensa oficial; e

VI – atendimento às especificidades institucionais.

§ 3º As organizações sociais e demais entidades de natureza privada, quando aplicarem recursos financeiros oriundos dos setores públicos, devem:

I – promover a escrituração contábil, destacando em separado a fonte de recursos;

II – promover aquisições e contratações com observância dos princípios desta lei;

III – submeter-se ao controle de resultados definidos pelo repassador dos recursos, sem prejuízo da ação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta lei a:

I – alienações de bens;

II – compras;

III – locações;

IV – serviços, inclusive os de publicidade e propaganda;

V – bens e serviços de informática e automação;

VI – obras e serviços de engenharia.

Art. 3º No procedimento prévio para execução de projetos com recursos de doações oriundas de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, é facultada a adoção de normas próprias cuja observância conste, expressamente, como condição do respectivo acordo ou contrato de doação.

§ 1º A administração deve informar, nos autos do procedimento de contratação, as regras distintas das definidas nesta lei adotadas por exigência da entidade estrangeira, fornecedora dos recursos.

§ 2º A faculdade de que trata o *caput* alcança os procedimentos de seleção e contratação de fornecedores de bens e serviços, inclusive de consultores e especialistas necessários à implementação dos projetos.

§ 3º As contratações referidas no parágrafo segundo submetem-se integralmente às normas previstas nesta lei, salvo quando houver exigência de adoção de regras próprias.

Capítulo II

Definições e Princípios

Art. 4º Para os fins desta lei considera-se:

I – Administração – órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a administração pública opera e atua concretamente;

II – Administração Pública – administração direta e indireta da união, dos estados, do distrito federal e dos Municípios, abrangendo inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do

Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

III – Agente público – pessoa que exerce, mesmo que transitoriamente, com ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público;

IV – Alienação – toda transferência de domínio de bens a terceiros;

V – Amostra – bem apresentado pelo proponente vencedor, representativo da natureza, espécie e qualidade do futuro fornecimento, para exame pela administração;

VI – Autoridade máxima do órgão ou entidade:

a) no Poder Executivo Estadual, o Governador do Estado do Paraná;

b) no Poder Legislativo Estadual, o Presidente da Assembléia Legislativa;

c) no Poder Judiciário, o Presidente do Tribunal de Justiça;

d) no Ministério Público Estadual, o Procurador-Geral de Justiça;

e) no Tribunal de Contas do Estado, o Presidente;

f) nas autarquias, nas fundações públicas, nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e demais entidades privadas controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, o Diretor Presidente ou equivalente.

VII – Autoridade superior – a definida em regimento interno ou a que receba delegação de competência para prática de atos em nome de pessoa jurídica;

VIII – Compra – aquisição remunerada de bens para fornecimento em uma única vez ou em parcelas;

IX – Contratado – pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a administração pública;

X – Contratante – órgão ou entidade integrante da administração pública promotora da licitação ou contratação direta;

XI – Contrato – ajuste firmado por órgãos ou entidades da administração pública entre si ou com particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;

XII – Convênio – acordo, ajuste ou instrumento congênere firmado por entidades públicas entre si ou com particulares, para a consecução de objetivos comuns, sem remuneração ou cobrança de taxas entre os partícipes;

XIII – Cumprimento da obrigação – prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem, ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento vinculado à emissão de documento de cobrança;

XIV – Execução direta – a que é feita pelos órgãos e entidades da administração, pelos próprios meios;

XV – Execução indireta – a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global – contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário – contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c) empreitada integral – contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional, com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

d) tarefa – quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XVI – Imprensa oficial – veículo oficial de divulgação da administração pública, sendo para o Estado do Paraná o Diário Oficial do Estado e o sítio oficial da administração pública;

XVII – Sítio oficial – local na internet onde a administração disponibiliza suas informações e serviços de governo eletrônico, definido em Decreto do Poder Executivo Estadual ou em lei;

XVIII – Licitação internacional – licitação processada no território nacional, e divulgada no exterior, em que se admite a participação de licitantes estrangeiros;

XIX – Licitações simultâneas – as de objeto semelhante e com realização prevista para intervalos não superiores a 30 (trinta) dias;

XX – Licitações sucessivas – aquelas com objetos similares, cujo instrumento convocatório subsequente seja publicado antes de decorridos 120 (cento e vinte) dias do término do contrato resultante da licitação antecedente;

XXI – Obra – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

XXII – Preços manifestamente inexequíveis – preços que os licitantes, após determinação da administração, não comprovem, por meio de planilhas, serem fundamentados em custos de insumos coerentes com os de mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto a ser contratado;

XXIII – Preços manifestamente superiores – preços que na totalidade da contratação se mostrem superiores aos praticados no mercado ou no âmbito da administração pública, ou sejam incompatíveis com os fixados pelos órgãos competentes;

XXIV – Projeto básico – conjunto de elementos necessários à definição do objeto pretendido pela administração pública e suficiente à elaboração da proposta, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou o serviço de engenharia, ou o complexo de obras ou serviços de engenharia, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem:

a) a viabilidade técnica da obra ou serviço de engenharia;

b) a possibilidade de definição dos métodos e do prazo de execução;

c) a identificação dos tipos de serviços a serem executados e dos materiais e equipamentos a serem incorporados na obra, bem como as especificações básicas que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo da licitação;

d) as informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo da licitação;

e) a possibilidade de avaliação do preço da obra ou serviço de engenharia, de acordo com preços compatíveis com os praticados no mercado;

f) o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

XXV – Projeto executivo – conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviço de engenharia, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou entidades congêneres, o qual deve conter:

a) desenvolvimento da solução escolhida, apresentando visão completa da obra e identificando todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de realização das obras e montagem;

c) subsídios para montagem do plano de gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

XXVI – Protótipo – modelo ou exemplar de bem apresentado pela administração para conhecimento dos licitantes, cuja natureza, espécie e qualidade devam ser obedecidas pelo futuro contratante;

XXVII – Registro cadastral – conjunto de informações relativas a fornecedores, construtores e prestadores de serviços ou de bens de interesse da administração, selecionados em razão da qualidade;

XXVIII – Serviço – toda atividade intelectual ou material, destinada a obter determinada utilidade de interesse da administração;

XXIX – Serviço de engenharia – atividade em que predomine o trabalho de profissional registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

XXX – Serviço e fornecimento contínuos – aqueles contratados pela administração pública para a manutenção de sua atividade fim ou administrativa;

XXXI – Serviço técnico profissional especializado - o trabalho relativo a:

a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Art. 5º A realização de contratos e convênios, subordinados a esta lei, está juridicamente condicionada:

I – aos princípios universais da isonomia e sustentabilidade ambiental;

II – aos princípios reguladores da administração pública, tais como legalidade, finalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência, celeridade, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, devido processo legal e motivação dos atos;

III – aos princípios inerentes às licitações de vinculação ao instrumento convocatório, justo preço e competitividade.

Parágrafo único. Todos os procedimentos regulados por esta lei devem ter como objetivo a ampliação da disputa.

Capítulo III

Alienação de Bens da Administração Pública Estadual

Art. 6º A alienação de bens da administração pública estadual subordina-se à:

I – existência de interesse público devidamente justificado;

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela administração.

§ 1º A dação em pagamento pode ser utilizada pela administração quando motivada a vantagem ao interesse público.

§ 2º Na doação com encargo devem constar, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 2º, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações devem ser garantidas por hipoteca em segundo grau.

§ 4º No ato de doação previsto no parágrafo 2º deve ser imposta condição definindo que, cessadas as razões que a justificaram, os bens devem reverter ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 5º Os bens imóveis da administração pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato

da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

- I – avaliação dos bens alienáveis;
- II – comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;
- III – adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

Art. 7º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

Art. 8º Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

- I – De bens imóveis para:
 - a) dação em pagamento;
 - b) doação quando o destinatário for órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;
 - c) permuta, por outro imóvel que seja destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha e desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia de ambos os bens;
 - d) investidura;
 - e) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim;
 - f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;
 - g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da administração pública;
 - h) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, quando representar vantagem para o interesse público;
- II – De bens móveis para:
 - a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
 - b) permuta entre órgãos ou entidades da administração pública;
 - c) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da administração pública, sem previsão de utilização por seu titular;
 - d) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
 - e) venda de títulos, na forma da legislação específica;
 - f) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades.

Parágrafo único. Entende-se por investidura, para os fins desta lei:

I – a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação, e obedecidos os demais pressupostos previstos em lei nacional sobre normas gerais de licitação;

II – A alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

Capítulo IV Das Compras

Art. 9º Nas compras devem ser observadas as seguintes regras:

I – definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante técnicas adequadas de estimação;

II – especificação das condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

III – princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando à divisão do objeto em itens, com vistas a ampliar a competição e evitar a concentração de mercado;

IV – compatibilidade do compromisso com os recursos orçamentário-financeiros.

Art. 10. As compras, sempre que possível, devem:

I – atender ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho;

II – indicar as condições de manutenção, assistência técnica e garantia exigidas;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado e ser subdividida em tantas parcelas quantas forem necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economia e observando a legislação orçamentária;

IV – observar os preços praticados pela administração pública;

V – adotar especificação do bem a ser adquirido que considere critérios ambientais;

VI – serem processadas através de sistema de registro de preços.

§ 1º A indicação de marcas é permitida quando:

I – decorrente de pré-qualificação de objeto;

II – indispensável para melhor atendimento do interesse público, comprovado mediante justificativa técnica.

§ 2º A exclusão de marcas ou produto, a critério da administração, é permitida quando:

I – decorrente de pré-qualificação de objeto;

II – indispensável para melhor atendimento do interesse público, comprovado mediante justificativa técnica;

III – mediante processo administrativo restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela administração não atestam a adequação e satisfatoriedade indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

§ 3º Na hipótese do inciso III do parágrafo 2º, havendo requerimento do fornecedor, a administração admitirá a possibilidade dos seus produtos serem testados.

§ 4º É permitida a indicação de marca, acrescida da expressão similar, quando houver regulamentação específica da administração, observado o disposto no inciso II do parágrafo 1º.

§ 5º A administração pode solicitar prova de qualidade do produto dos proponentes que cotarem marcas similares às sugeridas no objeto, hipótese em que é admitido qualquer um dos seguintes meios:

I – declaração de outro órgão público que tenha adquirido o produto;

II – comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou outra entidade credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

§ 6º A administração pode exigir do licitante vencedor amostra do objeto pretendido.

§ 7º A administração pode manter cadastro permanentemente aberto visando à pré-qualificação de produtos, com vistas a futuras licitações.

§ 8º A padronização referida no inciso I do *caput* será precedida de processo administrativo iniciado após a constatação da sua necessidade e cabimento, para o qual será constituída comissão especial para avaliação e encaminhamento à autoridade competente para decisão.

§ 9º O processo administrativo de padronização deverá ser instruído com pareceres técnicos que justifiquem a sua utilidade e economicidade.

§ 10. A padronização será decidida pela autoridade máxima do órgão ou entidade, e deverá ser publicada na imprensa oficial com a síntese da justificativa e a descrição sucinta do padrão definido.

§ 11. A decisão sobre padronização:

I – pode ser impugnada, no prazo de 10 (dez) dias da publicação, mediante a apresentação de laudo técnico de instituição oficial ou credenciada por órgãos oficiais que demonstre a existência de outros produtos com as mesmas condições que justificaram a padronização;

II – deve ser revista a cada 2 (dois) anos para aferir as novas condições do mercado.

Art. 11. Será dada publicidade, mensalmente, por intermédio de um dos meios de divulgação oficial previstos no artigo 31 desta lei ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela

administração direta e indireta, de maneira a assegurar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

Capítulo V

Obras e Serviços

Seção I

Regras Comuns

Art. 12. São requisitos para licitação de obras e serviços:

I – previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

II – prévia existência de projeto básico e a critério da administração de projeto executivo, elaborados por profissional detentor de habilitação específica, aprovados pela autoridade competente e disponíveis para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

III – compatibilidade com a previsão de recursos orçamentário-financeiros para sua realização;

IV – plano de gerenciamento da execução do objeto;

V – disponibilidade de recurso orçamentário;

VI – estimativa do impacto orçamentário-financeiro, detalhado em planilhas que expressem a composição de seus custos unitários, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;

VII – declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Entende-se como disponibilidade de recursos orçamentários, para os fins do disposto no inciso V do *caput* deste artigo:

I – a efetiva existência de dotação que assegure o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

II – a previsão de inclusão de recursos orçamentários em exercícios futuros, inclusive aqueles que advenham do repasse de verbas assegurado por outros órgãos ou entidades públicas, mediante convênios, acordos ou outros ajustes específicos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade da licitação.

Art. 13. A programação da execução das obras e dos serviços deve ser realizada em sua totalidade, com previsão de custos atual e final, prazos e cronograma mensal de desembolso.

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas,

se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o artigo 35, parágrafo 2º, desta lei.

Art. 14. É vedado incluir no objeto da licitação:

I – a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica;

II – o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo;

III – bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Art. 15. Nos projetos de obras e serviços devem ser considerados principalmente os seguintes requisitos:

I – segurança;

II – funcionalidade e adequação ao interesse público;

III – economia na execução, conservação e operação;

IV – possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V – facilidade na execução, conservação e operação;

VI – durabilidade da obra ou do serviço;

VII – adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VIII – avaliação do impacto ambiental.

Parágrafo único. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela administração.

Art. 16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I – o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III – o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

IV – os agentes públicos impedidos de contratar com a administração pública por vedação legal;

V – aquele que exerceu ou exerce função pública e participou, direta ou indiretamente, da elaboração do projeto básico ou do projeto executivo ou da elaboração do edital de licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II, na licitação ou execução da obra ou serviço, exclusivamente no interesse da administração, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo 3º aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Art. 17. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

I – execução direta;

II – execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) tarefa;

d) empreitada integral.

Parágrafo único. As obras e serviços destinados aos mesmos fins devem ter projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

Seção II

Dos Bens e Serviços de Informática e Automação

Art. 18. Para os fins desta lei, os bens e serviços de informática e automação classificam-se em:

I – comuns – aqueles disponíveis no mercado e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório por meio de especificações usuais;

II – especiais – definidos na forma de parecer técnico ou legislação pertinente.

§ 1º Os bens e serviços comuns podem ser licitados mediante pregão.

§ 2º Os bens e serviços especiais somente podem ser adquiridos mediante licitação na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, permitido o emprego

de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo, sendo obrigatória a audiência do órgão estadual competente nos pedidos de aquisição de equipamentos e contratação de serviços desta natureza.

Art. 19. O contrato de serviços de informática e automação deve dispor que:

I – o desenvolvimento de software contratado é de propriedade da administração pública, devendo constar cláusula contratual dispondo a quem cabe proceder ao registro;

II – todo contratado tem o dever de garantir ao sucessor do contrato a transferência de conhecimento que tenha adquirido na execução, visando resguardar a continuidade da prestação com outro contratado.

Seção III

Normas Específicas para Obras e Serviços de Engenharia

Art. 20. O projeto básico de obras e serviços de engenharia será elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem, sem prejuízo do caráter competitivo da execução:

I – visão global da obra, permitindo a identificação de seus elementos constitutivos;

II – viabilidade técnica do empreendimento, prevendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

III – orçamento detalhado do provável custo global da obra ou serviço, com base em quantitativos de serviços e fornecimento propriamente avaliados;

IV – identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;

V – definição dos métodos de avaliação do custo da obra, e de sua compatibilidade com os recursos disponíveis;

VI – definição do prazo de execução;

VII – informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

VIII – subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

IX – avaliação do impacto ambiental e seu adequado tratamento, se for o caso.

Parágrafo único – Aplicam-se as especificações do projeto básico de obras e serviços de engenharia previstas

neste artigo, no que couber e for pertinente, aos demais tipos de serviços.

Seção IV

Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Art. 21. Para os fins desta lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II – pareceres, perícias e avaliações em geral;

III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII – restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

§ 2º A administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento do concurso ou no ajuste para sua elaboração.

§ 3º Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

§ 4º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

TÍTULO II

Antecedentes da Licitação

Capítulo I

Dos Procedimentos Auxiliares à Licitação

Art. 22. Para facilitar os procedimentos de seleção da proposta mais vantajosa, a administração pode utilizar o sistema de registro de preços e o credenciamento, a serem regulamentados por decreto.

Seção I

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 23. O sistema de registro de preços, será utilizado pela administração para aquisição de bens ou contratação de serviços de menor complexidade técnica.

§ 1º Sistema de registro de preços é o procedimento utilizado para registro das propostas selecionadas para futuras e eventuais contratações ou fornecimentos.

§ 2º O registro de preço deverá ser precedido de ampla e permanente pesquisa do mercado local.

§ 3º Deve ser adotado, preferencialmente, quando:

I – em razão das necessidades permanentes e renováveis da administração, houver contratações frequentes do mesmo bem ou serviço;

II – for mais conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços de forma parcelada, em face da impossibilidade de estimar os quantitativos ou as condições específicas e concretas da execução contratual;

III – for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo.

§ 4º Nos editais deverá constar:

I – estipulação prévia do sistema de controle, reajuste e atualização dos preços registrados, segundo os critérios fixados no regulamento;

II – prazo de validade do registro;

III – estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas ou utilizadas pela administração, na medida de suas necessidades e segundo a conveniência do serviço, durante o prazo de validade do registro;

IV – sanções para a recusa injustificada do benefício ao fornecimento dos bens ou prestação dos serviços, dentro do limite máximo previsto;

V – previsão de cancelamento do registro por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

§ 5º A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

§ 6º Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante classificado em primeiro lugar, que formulou oferta parcial, a melhor proposta passa a ser a do segundo colocado e assim por diante, desde que compatíveis com o preço vigente no mercado.

§ 7º Poderá ser adotada a modalidade do pregão, inclusive por meio eletrônico, na licitação de registro de preços destinados à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde.

§ 8º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não pode ser superior a 1 (um) ano, computadas

neste as eventuais prorrogações, vinculado à regra editalícia.

§ 9º Durante o prazo de validade as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da administração para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.

§ 10 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.

Seção II

Do Credenciamento

Art. 24. Credenciamento é ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis e no máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Parágrafo único. A administração estadual poderá adotar o credenciamento para situações em que o mesmo objeto possa ser realizado simultaneamente por diversos contratados.

Art. 25. O processo de credenciamento deve ser autorizado pela autoridade competente, ser processado mediante a elaboração de edital pelo órgão público interessado e atender aos seguintes requisitos:

I – explicitação do objeto a ser contratado;

II – fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;

III – possibilidade de credenciamento a qualquer tempo pelo interessado, pessoa física ou jurídica;

IV – manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;

V – rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da administração na determinação da demanda por credenciado;

VI – vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;

VII – estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII – possibilidade de rescisão do ajuste, pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à administração com a antecedência fixada no termo;

IX – previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

§ 1º A convocação dos interessados deverá ser feita mediante publicação na forma do parágrafo 1º do artigo 26.

§ 2º O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela administração, a qual pode utilizar-se de tabelas de referência.

Seção III

Do Registro Cadastral

Art. 26. Os órgãos e entidades da administração pública estadual que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar e válidos por, no máximo, um ano.

§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da administração pública.

Art. 27. Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo 73 desta lei.

Art. 28. Os inscritos serão classificados por categorias, de acordo com sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômico-financeira, avaliadas pelos elementos constantes da documentação relacionada nos artigos 76 e 77 desta lei.

§ 1º Aos inscritos será fornecido certificado, renovável sempre que atualizarem o registro.

§ 2º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

§ 3º O certificado de registro cadastral a que se refere o parágrafo 1º, emitido por órgão ou entidade pública, substitui os documentos enumerados nos artigos 75 a 77 quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta, desde que previsto no edital.

§ 4º Deverá constar nos editais que os licitantes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do processo licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do certificado de registro cadastral.

Art. 29. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências previstas nesta seção, facultada ao interessado a ampla defesa.

Seção IV

Das Comissões de Licitação

Art. 30. A inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, as propostas e a habilitação dos licitantes serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especialmente designada.

§ 1º No caso de convite, a comissão de licitação poderá, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em caso de exigüidade de pessoal disponível, ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º São competentes para designar as comissões de licitação, homologar o julgamento e adjudicar o objeto ao licitante vencedor, os titulares máximos dos Poderes, dos órgãos autônomos, das Secretarias de Estado e das entidades integrantes da administração.

§ 3º As comissões de licitação, permanentes ou especiais, serão compostas por, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos dois deles servidores efetivos pertencentes ao quadro permanente do órgão da administração responsável pela licitação.

§ 4º A comissão designada para proceder ao julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados, no caso de obras, serviços ou fornecimento de equipamentos.

§ 5º A investidura dos membros das comissões permanentes não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 6º Os membros da comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se houver posição individual divergente que deverá ser fundamentada e registrada na ata da reunião na qual tiver sido tomada a decisão.

§ 7º No caso de concurso, o julgamento será efetuado por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Capítulo II

Publicidade dos Atos da Licitação

Seção I

Do Conhecimento da Licitação

Art. 31. Os avisos e resumos dos editais das modalidades de licitação e dos procedimentos auxiliares deverão ser publicados com antecedência, no mínimo por uma vez:

I – no Diário Oficial da União, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

II – no Diário Oficial do Estado;

III – em sítio oficial da administração pública.

IV – em jornal diário de grande circulação no estado e também, se houver, em jornal de circulação no município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso contendo o resumo de edital de licitação conterá a indicação do local em que os interessados

poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação e deverá ser veiculado com antecedência, conforme os prazos fixados no parágrafo 2º deste artigo.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I – quarenta e cinco dias, para:

a) concurso;

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

II – trinta dias, para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

III – quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

IV – oito dias úteis, nos casos de pregão e procedimentos auxiliares à licitação;

V – cinco dias úteis, no caso de convite.

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo 2º são contados a partir da última divulgação do resumo do edital ou ainda da sua efetiva disponibilidade, com os respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma como se deu o texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

§ 5º O edital de leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se realizará.

Seção II

Comunicação dos Atos da Licitação e do Representante

Art. 32. Para participar da licitação o interessado poderá indicar pelo menos um representante.

§ 1º A indicação deve ser formalizada no órgão que promove a licitação, observando-se as seguintes regras:

I – forma menos onerosa para os interessados, definida no edital;

II – indicação em ambiente físico ou virtual de meios de comunicação à distância;

III – dever do representante de zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço.

§ 2º As comunicações dirigidas ao representante indicado:

I – devem conter o endereço da administração para resposta e esclarecimento de dúvidas;

II – suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte da administração.

§ 3º Ressalvada a publicação do aviso do edital, dos atos de habilitação ou inhabilitação, de classificação ou desclassificação da proposta, de homologação da

licitação, da contratação direta e do contrato, e da anulação ou revogação da licitação, todos os demais procedimentos desta lei que visem a assegurar o conhecimento dos atos pelos interessados podem ser realizados por meio de comunicação dirigida ao representante.

§ 4º A empresa estrangeira que não funcione no Brasil, interessada em participar da licitação, deve, na forma da lei:

I – estar autorizada a funcionar no Brasil;

II – possuir representante no Brasil, regularmente constituído, com poderes expressos para resolver quaisquer questões, receber citação judicial pela sociedade e por ela responder administrativa e judicialmente, sendo que a não indicação de representante implica aceitação dos procedimentos da administração e, conforme o caso, revela quanto aos atos que couberem ao licitante;

III – sujeitar-se às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.

Capítulo III

Contratação Direta

Seção I

Da Inexigibilidade

Art. 33. É inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 21 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Seção II

Da Dispensa

Art. 34. É dispensável a licitação:

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto, em norma nacional, para modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto, em norma nacional, para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III – nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI – quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado parágrafo 3º do artigo 89, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a administração pública e que tenha sido criado para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

VIII – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

IX – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão

contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido;

X – nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

XI – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, sendo vedado o transpasse da execução do objeto contratual a terceiros;

XII – para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;

XIII – para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;

XIV – para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a administração pública, criados para esse fim específico;

XV – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

XVI – nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas da polícia militar estadual e corpos de bombeiros militares e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, no território do Estado do Paraná, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda eventual limite previsto em lei nacional;

XVII – na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da administração pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

XVIII – Para a aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico;

XIX – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

XX – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

XXI – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II deste artigo serão de 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por sociedade de economia mista e empresa pública, bem assim por autarquia e fundação qualificadas na forma da lei, como Agências Executivas.

Seção III

Disposições Gerais sobre Dispensa e Inexigibilidade

Art. 35. A dispensa ou a inexigibilidade de licitação requer sempre ato formal fundamentado da autoridade competente, publicado na imprensa oficial, com exceção das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 34 desta lei.

§ 1º São competentes para autorizar a dispensa de licitação os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os Presidentes dos Tribunais de Contas, o Procurador-Geral de Justiça e os titulares das entidades públicas da administração indireta, admitida a delegação.

§ 2º As dispensas previstas nas alíneas "f" e "g" do inciso I do artigo 8º e nos incisos III a XXI do artigo 34, as situações de inexigibilidade do artigo 33, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no parágrafo único do artigo 13, deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

§ 3º Devem ser observadas as demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação estabelecidas por normas gerais de competência da união.

§ 4º O processo de dispensa e de inexigibilidade será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;

II – caracterização da circunstância de fato que autorizou a providência;

III – autorização do ordenador de despesa;

IV – indicação do dispositivo legal aplicável;

V – indicação dos recursos orçamentários próprios para a despesa;

VI – razões da escolha do contratado;

VII – consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a administração pública do Estado do Paraná;

VIII – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta aos preços de mercado;

IX – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados;

X – pareceres jurídicos e, conforme o caso, técnicos, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade;

XI – no caso de dispensa com fundamento nos incisos I e II do artigo 34 desta lei, expressa indicação do valor estimado para a contratação, podendo ser dispensada nestas hipóteses a audiência do órgão jurídico da entidade;

XII – prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado do Paraná;

XIII – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS.

Art. 36. São vedadas as dispensas sucessivas de licitação, com base nos incisos I e II do artigo 34 desta lei, assim entendidas aquelas com objeto contratual idêntico ou similar realizadas em prazo inferior a 60 (sessenta) dias, bem como as licitações simultâneas ou sucessivas que ensejem a mudança da modalidade licitatória pertinente.

Capítulo IV

Das Modalidades de Licitação

Seção I

Das Disposições Comuns às Modalidades

Art. 37. São modalidades de licitação:

I – concorrência;

II – concurso;

III – convite;

IV – leilão;

V – pregão;

VI – tomada de preço.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou

não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade gestora ou administrativa, a qual publicará o resumo do instrumento convocatório na imprensa oficial e por meio eletrônico, e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade.

§ 4º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração de produtos legalmente apreendidos ou penhorados e para a alienação de bens imóveis, prevista no inciso IV, do artigo 6º.

§ 5º Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas escritas e lances verbais, em uma única sessão pública, ou por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.

§ 6º Tomada de preço é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 7º Os contratos celebrados pelos órgãos e entidades da administração, para aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, preferencialmente, de licitação pública na modalidade pregão.

§ 8º É vedada a combinação das modalidades de licitações referidas neste artigo.

Art. 38. As modalidades de concorrência, tomada de preços e convite são determinadas em função dos limites fixados em lei nacional sobre normas gerais de licitação, de competência da união, por determinação do artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal.

Art. 39. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público devidamente justificado.

§ 1º O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

§ 2º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

§ 3º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo 2º a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

§ 4º A concorrência é cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso,

observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no país.

§ 5º Nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

§ 6º É vedada a utilização da modalidade convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência, respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Art. 40. A licitação iniciar-se-á com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, devendo observar e registrar o seguinte:

I – fase interna, compreendendo:

a) definição sucinta e clara do objeto;
b) projeto básico ou executivo, quando for o caso;
c) estimativa do impacto orçamentário-financeiro do valor estimado do objeto no exercício em curso e nos dois subsequentes;

d) declaração do ordenador de despesa de que o valor estimado do objeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

e) justificativa dos índices de qualificação econômico-financeira;

f) parecer jurídico;

g) orçamentos detalhados;

h) elaboração do edital e sua aprovação;

i) elaboração da minuta do contrato e sua aprovação;

j) autorização do agente público competente;

II – fase externa, compreendendo:

a) publicação do resumo do edital;

b) impugnação do edital;

c) recebimento dos documentos de habilitação e das propostas;

d) exame, julgamento e classificação das propostas;

e) recursos quanto à análise e julgamento das propostas;

f) análise e julgamento da habilitação;

- g) recursos quanto à análise e julgamento da habilitação;
- h) exame e análise da documentação relativa à habilitação;
- i) adjudicação do objeto;
- j) homologação da licitação.

Seção II

Regras Específicas do Leilão

Art. 41. O leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela administração, devendo observar o seguinte procedimento:

- I – análise da vantagem do uso de leilão em relação a outras formas de alienação;
- II – indicação de representantes;
- III – exigência de garantia definida na forma do edital.

§ 1º Todo bem a ser leiloadado será previamente avaliado pela administração para fixação do preço mínimo de arrematação.

§ 2º Os bens arrematados devem ser pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento), e, após a assinatura da respectiva ata lavrada no local do leilão, imediatamente entregues ao arrematante, o qual se obrigará ao pagamento do restante no prazo estipulado no edital de convocação.

§ 3º O não cumprimento pelo licitante das condições definidas para pagamento e recebimento implica perda do valor já recolhido e da garantia, em favor da administração, sem prejuízo de outras sanções.

§ 4º Nos leilões internacionais, o pagamento da parcela à vista ou entrega de garantia pode ser feito em até 24 (vinte e quatro) horas.

Seção III

Regras Específicas do Concurso

Art. 42. O concurso pode ser utilizado para contratação de serviço técnico profissional especializado, científico ou artístico.

§ 1º A administração pode promover concurso para vários objetos de uma mesma especialidade técnica para contratação eventual.

§ 2º A comissão do concurso deve ser integrada por profissionais com qualificação na área de conhecimento do objeto e presidida por servidor público.

§ 3º O julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

§ 4º Em se tratando de projeto devem ser observadas as regras gerais do contrato.

§ 5º O edital deve indicar:

- I – a qualificação exigida dos participantes;
- II – as diretrizes e a forma para entrega dos trabalhos;
- III – a descrição do seu objeto e os critérios para julgamento dos trabalhos;

IV – os prêmios ou a remuneração a serem concedidos; e

V – o prazo para entrega dos trabalhos, que não pode ser inferior a 30 (trinta) dias, contado da publicação do edital.

Seção IV

Regras Específicas da Concorrência

Art. 43. A concorrência é obrigatória para:

I – venda de bens imóveis, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º desta lei;

II – concessão de uso e de direito real de uso;

III – compra de bens e serviços de informática especiais;

IV – obras e serviços de engenharia acima do valor fixado em lei nacional para convite;

V – licitações internacionais.

§ 1º Na concorrência para a venda de bens imóveis a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação, devendo a transferência ser formalizada apenas após a integralização do pagamento ou apresentação de garantias, se for o caso.

§ 2º O não cumprimento pelo licitante das condições referidas no parágrafo anterior para pagamento e recebimento do objeto implicará perda do valor já recolhido e da garantia, em favor da administração, sem prejuízo de outras sanções.

§ 3º Para a hipótese do inciso V admite-se a tomada de preços quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores, ou o convite quando não houver fornecedor do bem ou serviço no país.

Seção V

Regras Específicas do Convite

Art. 44. Na hipótese de convite, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite realizado para objeto idêntico ou assemelhado é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

Parágrafo único. Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de 3 (três) propostas efetivas, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, ou repetido o convite.

Seção VI

Regras Específicas do Pregão

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 45. Para fins de realização da licitação na modalidade pregão, consideram-se bens, serviços e obras comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital com base nas especificações usuais praticadas no mercado.

Parágrafo único. A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia complexos que exijam no mínimo projeto básico, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

Art. 46. O pregão será realizado em sessão pública presencial ou por meio do sistema de compras eletrônicas, nos termos desta lei, e por regulamentação específica do Chefe do Executivo Estadual.

Art. 47. Compete à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação a designação do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio para a condução do certame.

§ 1º Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer tal atribuição.

§ 2º A equipe de apoio do pregoeiro deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego na administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do pregão, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art. 48. São atribuições do pregoeiro:

I – coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

II – receber, examinar e decidir as impugnações ao edital;

III – iniciar a sessão pública do pregão;

IV – receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

V – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VI – receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação;

VII – proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

VIII – conduzir a etapa competitiva dos lances;

IX – proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

X – indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XI – proceder à abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;

XII – negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIII – adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor preço aceitável, desde que não tenha havido recurso;

XIV – receber, examinar, instruir e decidir sobre os recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;

XV – elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão do pregão;

XVI – encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação.

XVII – no julgamento da habilitação e das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 49. Na fase interna ou preparatória do pregão, o servidor responsável pela formalização do processo licitatório deverá adotar, sem prejuízo de outras, as seguintes providências:

I – justificar a necessidade da contratação;

II – definir o objeto a ser contratado, de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do contrato;

III – informar o valor estimado do objeto da licitação, de modo a propiciar a avaliação da composição dos custos, através de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado;

IV – definir os métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

V – estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento às cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para a contratação;

VI – indicar a dotação orçamentária e o cronograma físico-financeiro de desembolso, quando for o caso;

VII – definir os critérios de julgamento de menor preço, observando os prazos máximos para fornecimento do bem ou prestação do serviço, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições que devam constar obrigatoriamente no edital;

VIII – instruir o processo com a motivação dos atos especificados nos incisos anteriores e os elementos técnicos indispensáveis sobre os quais estiverem apoiados.

Art. 50. Para a participação no pregão é vedada a exigência de:

I – garantia de proposta;

II – aquisição do edital pelos licitantes;

III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo estimado de sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 51. A participação de empresas reunidas em consórcio, quando permitida no instrumento convocatório, está condicionada às exigências estabelecidas nesta lei.

Art. 52. Quando for permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação.

Art. 53. As compras e contratações de bens e serviços comuns de uso na administração, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, poderão adotar a modalidade pregão, conforme regulamento específico, observando-se o seguinte:

I – na área de saúde são considerados bens e serviços comuns aqueles necessários ao atendimento da rede de saúde pública estadual, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais do mercado;

II – quando o quantitativo total estimado para a contratação ou o fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos quantos licitantes forem necessários para atingir a totalidade do quantitativo demandado, respeitada a ordem de classificação, nos termos do parágrafo 6º do artigo 23 desta lei.

III – poderão ser registrados outros preços diferentes da proposta vencedora, desde que as ofertas sejam em valor inferior ao limite máximo admitido e se tratem de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificado e de comprovada vantagem.

Art. 54. Precederá à abertura da sessão pública de pregão, presencial ou eletrônico, o seguinte procedimento:

I – convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado e no Sistema de Compras Eletrônicas e, quando o valor estimado da contratação atingir o limite fixado para tomada de preços, também em jornal diário de grande circulação no estado;

II – no aviso da licitação deverão constar a definição precisa do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local, dia e hora da realização da sessão pública;

III – até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil;

IV – prazo fixado no edital para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação do aviso, não inferior a 08 (oito) dias úteis;

V – a íntegra dos editais deverá ser disponibilizada na internet.

Art. 55. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I – justificativa da contratação;

II – termo de referência;

III – planilhas de custo, quando for o caso;

IV – previsão de recursos orçamentários com a indicação das respectivas rubricas;

V – autorização de abertura da licitação;

VI – designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII – edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII – minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX – parecer jurídico;

X – documentação exigida para a habilitação;

XI – ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões.

XII – comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais relativos ao processo licitatório deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 56. Como condição para celebração do contrato o licitante vencedor deverá apresentar nova planilha de preços com os valores readequados ao que foi ofertado na fase de lance e manter as condições de habilitação.

Art. 57. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à administração, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta lei e legislação pertinente.

Subseção II

Do Pregão Presencial

Art. 58. O pregão presencial atenderá às disposições constantes dos artigos anteriores e observará os seguintes procedimentos específicos:

I – a sessão pública do pregão terá início no horário fixado no edital, devendo o licitante ou seu representante legal realizar seu credenciamento, comprovando, se for o caso, que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;

II – concluída a fase de credenciamento os licitantes deverão entregar ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e os envelopes da proposta de preço e dos documentos de habilitação;

III – iniciada a sessão pública do pregão não cabe desistência da proposta;

IV – o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço;

V – quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

VI – em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor;

VII – somente serão admitidos lances verbais se abaixo do menor valor anteriormente registrado;

VIII – a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

IX – caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

X – caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou inabilitada, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo os critérios dos incisos IV e V deste artigo;

XI – havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu

preço compatível com os praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar visando obter preço melhor;

XII – declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIII – concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, e sendo aceitável a proposta de menor preço, o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação dos 03 (três) proponentes de melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação;

XIV – a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, e com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnicas e econômico-financeira;

XV – constatado o atendimento às exigências fixadas no edital o licitante será declarado vencedor;

XVI – se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitadoras, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVII – quando todas as propostas escritas forem desclassificadas o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas;

XVIII – nas situações previstas nos incisos VIII, X, XII, XVI e XXVIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIX – declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo pregoeiro;

XX – manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente;

XXI – o exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis;

XXII – a autoridade superior do órgão ou da entidade promotora da licitação terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso;

XXIII – o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIV – decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará a licitação, devendo o adjudicatário ser convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no edital;

XXV – como condição para celebração do contrato o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação;

XXVI – para a contratação o licitante vencedor deverá encaminhar no prazo de até 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, nova planilha de preços com os valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal;

XXVII – o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias se outro não estiver fixado no edital;

XXVIII – se o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato, é facultado à administração aplicar o disposto no artigo 57 desta lei.

Subseção III **Do Pregão Eletrônico**

Art. 59. O pregão na forma eletrônica realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância, em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º O sistema referido no *caput* utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

§ 2º O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão promotor da licitação, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação disponibilizados preferencialmente pelo Banco do Brasil S/A ou por acordos de cooperação técnica junto a terceiros.

Art. 60. O pregão eletrônico atenderá às disposições dos artigos 45 a 57, devendo ser observados, ainda, os procedimentos específicos deste artigo:

I – o credenciamento prévio dos usuários e licitantes como condição para participação do pregão por meio eletrônico;

II – o credenciamento dar-se-á através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores;

III – a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

IV – o credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências;

V – o credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão;

VI – o licitante é responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

Art. 61. A partir do horário previsto no edital a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na Internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 62. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 63. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente

determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 64. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições do edital.

§ 1º Nas situações em que o edital exija requisitos de habilitação além dos exigidos pela Coordenadoria de administração de Serviços da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o licitante deverá apresentar a documentação solicitada, em original ou por cópia autenticada, observados os prazos legais pertinentes.

§ 2º A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada no prazo fixado no edital por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do

licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 65. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do *caput*, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 66. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no *caput*, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Se o vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no parágrafo 2º, ou, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, salvo disposição específica do edital.

Capítulo V

Licitações Internacionais

Art. 67. Nas concorrências de âmbito internacional o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§ 1º Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, igualmente poderá fazê-lo o licitante brasileiro.

§ 2º O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado em virtude da licitação de que trata o parágrafo anterior será efetuado em moeda brasileira à taxa de câmbio vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

§ 3º As garantias de pagamento ao licitante brasileiro devem ser equivalentes às aquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

§ 4º Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros devem ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda, bem como do valor correspondente aos subsídios ou incentivos que desfrutar, por si ou seus controladores, em seu país de origem, em razão de operações realizadas no exterior.

§ 5º As cotações de todos os licitantes devem considerar o mesmo local de destino.

TÍTULO III

Do Procedimento Licitatório

Capítulo I

Instrumento Convocatório

Art. 68. A administração e os licitantes não podem descumprir as normas e as condições do edital ao qual se acham estritamente vinculados.

Art. 69. O edital divide-se em três partes, devendo constar:

I – na primeira, preâmbulo:

- a) o nome da entidade, do órgão e da unidade administrativa que está promovendo a licitação;
- b) o número de ordem em série anual;
- c) a modalidade e o tipo da licitação;
- d) o local, dia e hora para entrega da proposta e comprovação da habilitação, se for o caso;
- e) o prazo para impugnação;
- f) os meios de comunicação e os códigos de acesso disponibilizados para os interessados, com indicação dos horários de atendimento e nome dos servidores responsáveis pelos esclarecimentos;

g) no caso de obras e serviços de engenharia, os locais e horários onde pode ser examinado e adquirido o projeto;

h) o local, dia e hora para início da abertura das propostas e, quando for o caso, da habilitação;

II – na segunda, corpo do edital:

a) a menção de que a licitação é regida por esta lei e legislação nacional sobre normas gerais de licitação, em vigor;

b) as instruções para a impugnação do edital e obtenção de orientações;

c) o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

d) as condições para participação na licitação;

e) a forma de apresentação dos documentos e das propostas;

f) os procedimentos para a sessão de recebimento e análise das propostas e dos documentos;

g) o critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos, inclusive, quando exigida a apresentação de propostas técnicas, a pontuação prevista para cada item;

h) o preço máximo e as condições de pagamento, este não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

i) a multa, juros de mora e atualização monetária incidentes sobre o valor devido e calculado entre a data do vencimento da obrigação de pagamento e a data em que este efetivamente ocorrer;

j) as instruções para os recursos previstos nesta lei;

k) o prazo e as condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

l) as penalidades aplicáveis por irregularidades praticadas durante o processo licitatório e pelo não atendimento às regras referidas na alínea anterior;

m) as condições de recebimento do objeto da licitação;

n) outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

o) o prazo para indicar o representante;

III – na terceira, dos anexos:

a) na concorrência, tomada de preços, e no convite, o projeto básico, quando for o caso;

b) o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, compatíveis com os de mercado;

c) a minuta do contrato; e

d) outros elementos julgados relevantes pela administração.

§ 1º Alternativamente à indicação de preços, a administração pode exigir que a proposta apresente descontos em relação às tabelas de referência usualmente praticadas na iniciativa privada ou fixadas por órgão oficial.

§ 2º O edital deve estabelecer prazo de validade das propostas, observando-se que:

I – será de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega das propostas, exceto quando se tratar de licitação para contratação de obras, hipótese em que o prazo será de 180 (cento e oitenta) dias, se outro não estiver fixado no edital, sendo o limite máximo de 360 (trezentos e sessenta dias);

II – findo o prazo e não havendo a convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

III – o proponente que estabelecer prazo inferior ao definido pela administração terá sua proposta desclassificada, podendo a impropriedade ser saneada pelo representante indicado.

Art. 70. É vedado constar do edital:

I – cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação técnica;

II – qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

III – tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o direito de preferência em relação aos:

a) bens e serviços de informática especiais, nos termos definidos de respectiva legislação; e

b) bens e serviços produzidos no país;

IV – obrigação do licitante de obter recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem;

V – o fornecimento de bens e a prestação de serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto, ressalvados os casos de pré-qualificação e sistema de registro de preços;

VI – objeto que inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 10 desta lei;

VII – recusa de comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

VIII – exigência de comprovação de atividades ou de aptidão, com limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas nesta lei, que inibam a participação na licitação;

IX – exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade;

X – exigência de prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução;

XI – fixação de preços mínimos, ressalvados os casos de alienação de bens;

XII – utilização de critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, para fins de julgamento, ressalvada a hipótese de licitação de técnica e preço;

XIII – utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes;

XIV – disposição que obste ou prejudique a restauração do equilíbrio contratual quando esta se justificar.

Parágrafo único. As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, devem ser atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade para a data de início do contrato, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

Art. 71. A minuta do edital deve ser previamente examinada e aprovada pelo órgão jurídico da unidade ou agente por esse designado, devidamente habilitado e qualificado.

Parágrafo único. É permitido o uso de edital padrão com cláusulas uniformes.

Art. 72. O edital de licitação pode ser impugnado, motivadamente:

I – por qualquer cidadão, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, exceto para os casos de convite e pregão, cujo prazo será de 2 (dois) dias úteis;

II – por qualquer interessado em participar da licitação, até dois dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas.

§ 1º A administração deve julgar e responder à impugnação prevista nos incisos I e II deste artigo em até 24 (vinte e quatro) horas para o pregão e 3 (três) dias úteis para os demais casos.

§ 2º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 3º Sendo necessário o adiamento da data para elaboração e entrega das propostas e, sendo o caso, da habilitação, ou havendo modificação no edital, a administração pública deverá:

I – comunicar o fato aos representantes indicados;

II – republicar o edital escoimado dos vícios, devolvendo o prazo original;

III – devolver aos licitantes as propostas, lacradas, já entregues na repartição, para eventual alteração ou adaptação.

§ 4º Em caso de comprovação de ilegalidade ou procedentes as razões apresentadas nas impugnações previstas nos incisos I e II, *caput* deste artigo, a administração deve declarar a nulidade do procedimento licitatório.

Capítulo II

Da Habilitação

Art. 73. Para a habilitação nas licitações será exigida dos interessados, exclusivamente, documentação relativa:

I – à habilitação jurídica;

II – à qualificação técnica;

III – à qualificação econômico-financeira;

IV – à regularidade fiscal; e

V – ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Seção I

Da Habilitação Jurídica

Art. 74. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I – cédula de identidade;

II – registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

V – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

Seção II

Da Regularidade Fiscal

Art. 75. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I – prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Seção III

Qualificação Técnica

Art. 76. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

I – ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;

II – à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III – à comprovação fornecida pelo órgão licitante de que recebeu os documentos e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV – à prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º No caso das licitações pertinentes a obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II deste artigo será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

§ 2º A exigência relativa à capacitação técnica limitar-se-á, alternativa ou conjuntamente, à apresentação pelo licitante de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação: a) em nome da empresa; b) em nome do profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente que faça parte de seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta.

§ 3º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório.

§ 4º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 5º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 6º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas nesta lei, que inibam a participação na licitação.

§ 7º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto ou de alta complexidade técnica, poderá a administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Seção IV

Da Qualificação Econômico-Financeira

Art. 77. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I – ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II – à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física;

III – à garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 102 desta lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda, as garantias previstas no parágrafo 1º do artigo 102 desta lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo 2º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Seção V

Das Disposições Gerais sobre Habilitação

Art. 78. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, credenciado para tal, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor.

§ 1º Os requisitos de habilitação previstos nos artigos 75 a 77 poderão ser dispensados, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o parágrafo 1º do artigo 28, emitido por órgão ou entidade pública, substitui os documentos enumerados nos artigos 75 a 77 quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta, desde que previsto no instrumento convocatório,

§ 3º As empresas estrangeiras que não funcionem no país, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

§ 4º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

§ 5º O disposto no parágrafo 3º deste artigo, no parágrafo 1º do artigo 79 e no parágrafo 3º do artigo 97 não se aplica às licitações internacionais:

I – na aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II – nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que tenha havido prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;

III – nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

Seção VI

Da Participação em Consórcio

Art. 79. Quando for permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, as seguintes normas deverão ser observadas:

I – comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II – indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III – apresentação dos documentos exigidos nos artigos 74 a 77 por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para o licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micros e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Capítulo III

Tipos de Licitação

Art. 80. O julgamento da licitação será determinado pelo critério de:

I – menor preço, quando é declarado vencedor da licitação o proponente que, atendendo às condições de habilitação e aos requisitos necessários de qualidade, adequação, rendimento, segurança, prazo e outros previstos objetivamente no edital ou convite, cotar o menor preço;

II – melhor técnica;

III – técnica e preço, quando é declarado vencedor o licitante que, atendendo às condições da habilitação e aos requisitos mínimos da técnica, cotar preço que, pelo fator ponderado com a nota técnica, resulte na proposta mais vantajosa para a administração;

IV – maior lance ou oferta.

§ 1º É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo.

§ 2º No caso da licitação do tipo menor preço, a classificação dos licitantes considerados qualificados se dará pela ordem crescente dos preços propostos.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo 7º do artigo 39, serão selecionadas tantas propostas quantas necessárias até que se atinja a quantidade demandada na licitação.

Art. 81. Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” serão utilizados:

I – para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão, gerenciamento,

engenharia consultiva em geral e, em particular, na elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos;

II – para contratação de bens e serviços de informática. A administração observará o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 8248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando, obrigatoriamente, o tipo de licitação técnica e preço, permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo;

III – excepcionalmente, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da administração promotora, constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto, majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

§ 1º Nas licitações do tipo “melhor técnica” será adotado o seguinte procedimento, claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a administração se propõe a pagar:

I – serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e a classificação dessas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II – uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas com a proponente melhor classificada, tendo como base os orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III – no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV – as propostas de preços e os envelopes dos documentos de habilitação serão devolvidos intactos aos licitantes que não obtiveram a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

§ 2º Nas licitações do tipo técnica e preço será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento, claramente explicitado no instrumento convocatório:

I – será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II – a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

Art. 82. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

Capítulo IV

Do Procedimento no Julgamento da Licitação e Classificação das Propostas

Art. 83. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no artigo 23, inciso I, alínea "c" da Lei Federal 8.666/93, o processo licitatório será iniciado obrigatoriamente com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.

Art. 84. Os licitantes ou seus representantes e os membros da comissão de licitação deverão comparecer ao ato público previsto no edital e apresentar, em envelopes lacrados, os documentos da habilitação, a proposta de preços e, se for o caso, a proposta técnica, devendo ser lavrada ata circunstanciada a ser assinada por todos.

§ 1º Antes de serem abertos, os envelopes que contêm as propostas e os documentos de habilitação deverão ser rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes, permanecendo lacrados.

§ 2º A comissão deverá exigir do representante legal do licitante, na abertura da sessão pública, declaração, sob

as penas da lei, de que reúne as condições de habilitação exigidas no edital.

§ 3º Na hipótese referida no parágrafo 2º deste artigo, se o licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários a sua contratação, será aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, nos termos do inciso III do artigo 150 desta lei.

Art. 85. Será observado o seguinte procedimento para julgamento das propostas:

I – a comissão de licitação abrirá os envelopes que contêm as propostas, facultando aos presentes rubricá-las;

II – a seguir verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento e promoverá a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

III – procederá ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios de avaliação previstos do edital;

IV – encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, serão abertos os envelopes com os documentos de habilitação dos concorrentes classificados nos três primeiros lugares;

V – verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

VI – inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos de habilitação do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

VII – proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor;

VIII – poderá a comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada, se assim entender necessário.

§ 1º Havendo suspensão dos trabalhos, o presidente da comissão ou o pregoeiro informará o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, os licitantes presentes, e fará a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância ou correspondência postal aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após abertura da sessão.

§ 2º O edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

§ 3º É facultada à comissão ou à autoridade superior a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo permitida, após a entrega dos documentos e propostas, a

substituição ou apresentação de documentos, salvo para, a critério da comissão de licitação ou pregoeiro:

I – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento dos documentos e propostas;

II – esclarecimento de dúvidas ou manifestos erros materiais.

§ 4º Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais caberá desistência por parte do licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

Art. 86. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatória e sucessivamente:

I – em favor dos bens produzidos no país;

II – por sorteio, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 5 (cinco) dias e para o qual todos os licitantes das propostas empatadas serão convocados.

Art. 87. Nas licitações do tipo “melhor técnica” e “técnica e preço”, a análise e classificação das propostas técnicas devem anteceder às análises e classificação das propostas de preços.

Art. 88. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

§ 1º Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, salvo esta última hipótese para as modalidades “pregão” e “leilão”.

§ 2º Não será admitida proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza.

§ 4º Não será ainda computada como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

Art. 89. Serão desclassificadas:

I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II – as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que os licitantes não demonstrem serem viáveis através de documentação que comprove serem fundados em custos de insumos coerentes com os de mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração; ou

b) valor orçado pela administração.

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b", será exigida para a assinatura do contrato a prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 102, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

§ 3º Quando todas as propostas técnicas ou de preço forem desclassificadas ou todos os licitantes inabilitados, a administração poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que levaram à sua rejeição, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

§ 4º Cumprido o disposto nos artigos anteriores, a comissão procederá à leitura da ata e decidirá de imediato quaisquer reclamações que sobre esta forem apresentadas, dando por encerrada a licitação.

Capítulo V

Homologação

Art. 90. A autoridade superior pode:

I – homologar o resultado e ordenar a sua publicação na imprensa oficial;

II – anular o resultado quando ilegal, motivar sua decisão e, se for o caso, ordenar a correção do procedimento.

Parágrafo único. O ato de homologação é da competência da autoridade indicada em decreto do Chefe do Poder Executivo e implica a responsabilidade:

I – pelos atos e procedimentos homologados;

II – pelos atos praticados em substituição aos desaprovados;

III – pelo dever de fiscalizar os atos subseqüentes até a assinatura do contrato.

Art. 91. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observando as seguintes regras:

I – a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 101 desta lei;

II – a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 101 desta lei;

III – no caso de desfazimento do processo licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 92. O disposto no artigo 91 aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 93. A administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

Capítulo VI

Dos Recursos Administrativos

Art. 94. Dos atos da administração decorrentes da aplicação desta lei caberá:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 130 desta lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III – pedido de reconsideração da declaração de inidoneidade, feita pela autoridade competente no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e" deste artigo, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que for adotada a decisão, quando a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, fundada em razões de interesse público devidamente motivadas, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º O recurso interposto será comunicado aos demais licitantes, que poderão contra-arrazoá-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade convite os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º serão de dois dias úteis.

§ 5º Analisado o recurso e as contra-razões, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a comissão ou o pregoeiro pode:

I – rever a decisão; ou

II – remeter os autos à autoridade superior, motivando a manutenção da decisão.

§ 6º No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos autos, a autoridade superior decide, intimando aos interessados a decisão e seus fundamentos.

§ 7º O acolhimento do recurso implica alteração das decisões anteriores e o refazimento dos atos decorrentes, aproveitando-se os que não forem atingidos pela decisão.

§ 8º Nenhum prazo para interrupções de recurso ou para contra-razões se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Art. 95. No pregão o recurso será único, no prazo de 3 (três) dias, abrangendo tanto o julgamento das propostas como a habilitação do licitante vencedor.

§ 1º As contra-razões pelos demais licitantes e a remessa da decisão do recurso à autoridade superior terá o prazo de 3 (três) dias.

§ 2º O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

§ 3º O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 96. O silêncio do licitante ou do representante indicado, na oportunidade própria, implica na decadência do direito de recorrer.

TÍTULO IV

Dos Contratos

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 97. Os contratos administrativos caracterizam-se pela preponderância do interesse público que confere prerrogativas à administração, exercidas nos limites e termos desta lei, para:

I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II – rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do artigo 130;

III – fiscalizar-lhes a execução;

IV – aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V – nos casos de interesse público e nas hipóteses de necessidade de acautelar a apuração administrativa de infrações contratuais pelo contratado e de rescisão administrativa do contrato, pode, provisoriamente, ocupar bens imóveis e utilizar-se de bens móveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato devem ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

§ 3º Nos contratos celebrados pela administração pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquela domiciliada no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no parágrafo 5º do artigo 78 desta lei.

Art. 98. O instrumento contratual no qual se materializa a vontade das partes e se ordena o conteúdo do acordo deverá estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculem.

§ 1º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

§ 2º São competentes para celebrar contratos os Chefes de Poder, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador Geral de Justiça e os titulares das entidades públicas da administração indireta ou quem deles receber delegação.

§ 3º Na interpretação dos contratos devem ser considerados:

I – os termos do edital e da proposta a que se vinculem;

II – os motivos da contratação direta que fundamentam o ato e a respectiva proposta;

III – os preceitos de direito público e, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 99. São cláusulas necessárias em todo instrumento contratual e, no que couber, em carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outros instrumentos hábeis, as que estabeleçam:

I – os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta;

II – o objeto e seus elementos característicos;

III – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

IV – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

V – os prazos para início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

VI – o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VII – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VIII – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

IX – os casos de rescisão;

X – o reconhecimento dos direitos da administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato;

XI – as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XII – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo de dispensa ou de inexigibilidade, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XIII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIV – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XV – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.

Parágrafo único. Nos contratos celebrados pela administração com pessoa física ou jurídica, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da capital do Estado do Paraná para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no parágrafo 3º do artigo 78 desta lei.

Art. 100. Aplica-se o disposto nos artigos 97 e 99 desta lei e nas demais normas gerais, no que couber:

I – aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II – aos contratos em que a administração for parte como usuária de serviço público.

Art. 101. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os

efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Seção I

Da Garantia de Execução

Art. 102. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o *caput* não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor alterado sempre que houver modificação no contrato original e nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo licitante vencedor poderá converter-se em garantia do contrato, devendo ser complementada, quando necessário.

§ 5º O complemento da garantia poderá ser exigido de uma só vez, como condição para a assinatura do contrato.

§ 6º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 7º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

§ 8º O não-recolhimento, pelo adjudicatário, da garantia de fiel execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório para assinatura do contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades correspondentes e à imediata execução da garantia de proposta a que se refere o parágrafo 1º deste artigo.

§ 9º Os contratos de obras, serviços e fornecimento de bens para entrega futura, prestada garantia nos termos do parágrafo 1º, poderão prever adiantamento de pagamento, desde que não superior a cada etapa da execução.

Seção II

Da Duração dos Contratos

Art. 103. A duração dos contratos regidos por esta lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto:

I – aos projetos cujos produtos estejam incluídos entre as metas do Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da administração e desde que haja previsão no ato convocatório;

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III – ao aluguel de equipamento e à utilização de programas de informática, cuja duração poderá estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

§ 1º Os contratos em que a administração não incorra em despesa têm vigência de até 60 (sessenta) meses.

§ 2º Nos projetos contemplados no Plano Plurianual, o prazo de vigência dos contratos deve ser compatível com a conclusão do objeto.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

Seção III

Da Prorrogação do Contrato

Art. 104. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I – alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela administração;

II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III – retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da administração;

IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta lei;

V – impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI – omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Parágrafo único. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Art. 105. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do artigo 103 poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses.

Art. 106. Qualquer prorrogação deverá ser solicitada ainda no prazo de vigência do contrato, com justificção escrita e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste.

Parágrafo único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua deverá ser solicitada pelo servidor responsável pelo seu acompanhamento antes de 60 (sessenta) dias do seu termo final.

Capítulo II

Da Formalização dos Contratos

Art. 107. Os contratos, seus aditamentos e apostilas serão lavrados na repartição interessada.

§ 1º Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados de acordo com legislação específica.

§ 2º Os contratos devem ser arquivados junto com os processos de licitação ou de contratação direta, abrindo-se tantos volumes quantos sejam necessários à boa organização processual.

Art. 108. A formalização do contrato será feita por meio de:

I – instrumento de contrato, que é obrigatório nos casos precedidos de licitação ou contratação direta em que:

- a) exista obrigação futura do contratado, não garantida por cláusula de assistência técnica ou certificado de garantia do fabricante;
- b) o objeto seja manutenção de equipamentos, bens ou instalações da administração pública;
- c) o objeto seja bens e serviços de informática não comuns;
- d) o objeto seja concessão ou permissão de uso de bens;
- e) tenha vigência superior a 12 (doze) meses;
- f) exista cláusula de reversão de doação ou de bens; ou
- g) em qualquer caso, quando exigida garantia;

II – carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos demais casos;

III – aditivo contratual, quando houver alteração do preço, prazo ou objeto; ou

IV – ata de registro de preços, no caso de Sistema de Registro de Preços.

§ 1º É dispensável o termo de contrato e facultada a sua substituição, a critério da administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

§ 2º Nos casos do inciso II do *caput* deste artigo, a administração:

a) entregará ao proponente a relação das informações usualmente constantes do instrumento de contrato, a cujo cumprimento fica o mesmo obrigado;

b) anexará ao edital a minuta da relação das informações, para prévio conhecimento do proponente.

§ 3º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:

I – simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;

II – reajustamento de preços previsto no edital e no contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes.

§ 4º É vedado o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, nos termos da lei nacional ou legislação específica.

Art. 109. No prazo estabelecido no edital, após a homologação da licitação, ou no prazo estabelecido na convocação, o interessado deve comparecer para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou o instrumento equivalente.

§ 1º Decai do direito à contratação o proponente que não atender ao prazo estabelecido.

§ 2º Implica em imposição das sanções previstas nesta lei para o descumprimento total do contrato, além da perda da garantia da licitação:

a) não comprovar a veracidade das declarações firmadas na documentação de licitação no prazo estabelecido pela administração;

b) não comparecer ou se recusar a firmar o compromisso ou a pretensão de alterar os seus termos em prejuízo do interesse público.

§ 3º O prazo a que se refere o *caput* pode ser prorrogado por igual período, durante o seu transcurso, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

§ 4º É facultado à administração, quando não atendida a convocação no prazo e condições estabelecidos, revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-la em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado.

Art. 110. É obrigatória a publicação do resumo do contrato e dos seus aditamentos, devendo ser providenciada pela administração até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 35 desta lei.

Art. 111. É permitido o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório:

I – a qualquer licitante;

II – a qualquer interessado, mediante o ressarcimento dos custos.

Parágrafo único. O ressarcimento pode ser dispensado à vista dos argumentos do interessado e se reconhecido o seu legítimo direito.

Seção I

Da Alteração dos Contratos

Art. 112. Os contratos regidos por esta lei podem ser alterados pela administração pública, precedidos das devidas justificativas:

§ 1º O objeto do contrato pode ser alterado:

I – quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da administração estadual;

II – se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

III – se for necessário acréscimo ou diminuição no caso de reforma até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento);

IV – por supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 2º Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas alterações qualitativas que superem os limites legais previstos nos incisos II e III, desde que observadas as seguintes situações:

I – não acarrete para a administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II – não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

III – decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV – não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V – seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI – demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em sacrifício insuportável ou gravíssimo ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou serviço, inclusive à sua urgência e emergência.

§ 3º O valor do contrato pode ser alterado quando:

I – a alteração for consequência dos casos dos incisos I a III do parágrafo anterior;

II – visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

III – ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 5º A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do contratado ou licitante e aceita pela administração.

§ 6º O regime de execução e o modo de fornecimento poderão ser alterados em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

§ 7º A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

§ 8º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pela administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

§ 9º Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a administração deve restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 10 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo.

§ 11 A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste artigo, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

§ 12 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Seção II

Do Reajustamento

Art. 113. O reajustamento dos preços contratuais, previsto nesta Lei, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, optando a administração pela adoção dos índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes.

Art. 114. Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo único. Quando o bem ou serviço estiver submetido a controle governamental, o reajustamento de preços não poderá exceder aos limites fixados.

Art. 115. O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir até a data do efetivo adimplemento da obrigação.

Parágrafo único. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

Art. 116. Havendo atraso ou antecipação na execução das obras, serviços ou fornecimentos, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa do contratado, o reajustamento obedecerá às condições seguintes:

I – quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação; se os preços diminuírem, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

II – quando houver antecipação, prevalecerá o índice da data do efetivo cumprimento da obrigação.

Seção III

Da Execução dos Contratos

Art. 117. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as

normas desta lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 118. Todo contrato é acompanhado por um gestor de contrato, representante da administração pública, sendo:

I – preferencialmente um agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da administração;

II – previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

§ 1º É permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o gestor de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 2º O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3º O gestor do contrato anotará as ocorrências em registro próprio que, ao término do contrato, deverá ser juntado ao mesmo, observando-se:

I – a obrigatoriedade do registro próprio, nos casos de:

- a) objeto de execução continuada;
- b) obras e serviços de engenharia;
- c) bens e serviços de informática especiais;

II – que o contratado tem direito a obter cópia dos registros e ser informado a cada alteração.

§ 4º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 5º Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

Art. 119. O contratado deve manter preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato.

Art. 120. O contratado é obrigado a:

I – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

II – responder pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 121. O contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere à

administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º Nos termos da regulamentação específica dos órgãos arrecadadores, é permitida a retenção de encargos incidentes diretamente na execução do contrato.

Art. 122. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, pode subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite previamente admitido, em cada caso, pela administração.

Art. 123. Executado o contrato, o seu objeto deve ser recebido:

I – em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, com duração máxima de 90 (noventa) dias;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no inciso I do artigo 120;

II – em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

§ 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento faz-se mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Salvo nos casos devidamente justificados e previstos no edital, os prazos para recebimento definitivo não podem ser superiores a:

I – 90 (noventa) dias, quando se tratar de obras e serviços de grande vulto;

II – 30 (trinta) dias, nos demais casos.

§ 4º Se o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não forem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, salvo por fatos supervenientes, reputam-se como realizados satisfatoriamente, desde que comunicados à administração nos 15 (quinze) dias anteriores ao término dos mesmos.

§ 5º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite esta-

belecido em lei nacional para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de no mínimo 03 (três) membros.

§ 6º Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, não dispondo o edital de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

Art. 124. Pode ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I – gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II – obras e serviços de valor estipulado em lei nacional para convite, que não sejam de engenharia, e desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade;

III – outros serviços.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo o recebimento será feito mediante recibo.

Art. 125. Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

Art. 126. A administração deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Art. 127. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, cada unidade gestora executora da administração deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada na imprensa oficial.

Seção IV

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 128. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 129. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

VI – a alteração subjetiva da execução do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da administração;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no edital e no contrato;

VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo 2º do artigo 118 desta lei;

IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII – a supressão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido nos incisos II e III do parágrafo 1º do artigo 112;

XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI – a não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVIII – a falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

XIX – o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XX – a superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração;

XXI – o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado ao contratado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Art. 130. A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do artigo anterior;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

III – judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, tendo ainda direito a:

I – devolução da garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo da desmobilização.

§ 3º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Art. 131. A rescisão de que trata o inciso I do artigo 130 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;

II – ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execu-

ção do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 97 desta lei;

III – execução da garantia contratual, para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério da administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima do órgão ou entidade, conforme o caso.

§ 4º A rescisão de que trata o inciso IV do artigo 129 permite à administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

Capítulo III

Revogação e Anulação

Art. 132. A autoridade superior competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório implica a anulação do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Em qualquer hipótese de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Capítulo IV

Dos Convênios

Art. 133. Constitui o convênio uma forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, distinguindo-se dos contratos pelos principais traços característicos:

I – igualdade jurídica dos partícipes;

II – não persecução da lucratividade;

III – possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste;

IV – diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe;

V – responsabilidade dos partícipes limitada, exclusivamente, às obrigações contraídas durante o ajuste.

Art. 134. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII – comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 1º Os convênios, acordos, ou ajustes que não impliquem repasse de verba pela entidade conveniente poderão prescindir das condições previstas nos incisos IV e V deste artigo.

§ 2º O plano de trabalho deverá ser elaborado com a observância dos princípios da administração pública, especialmente os da isonomia, sustentabilidade ambiental, eficiência, economicidade, proporcionalidade, razoabilidade e da forma mais vantajosa para a administração.

§ 3º O plano de trabalho deve detalhar as ações a serem implementadas e, envolvendo construções e/ou reformas, ser acrescido do projeto próprio, aprovado pelos órgãos competentes e acompanhado de cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 135. Sem prejuízo do acompanhamento direto pelos órgãos setoriais, o órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios supervisionará a fiel execução dos convênios.

Art. 136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I – ato constitutivo da entidade conveniente;

II – comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;

III – prova de regularidade do conveniente para com as Fazendas Públicas;

IV – prova de regularidade do conveniente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

V – plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI – prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII – informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII – justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela administração em decorrência do convênio;

IX – especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X – orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI – plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII – correspondente cronograma de desembolso;

XIII – indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio;

XIV – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

XV – declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI – declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato.

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:

I – detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;

II – especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem à entidade privada desenvolver;

III – previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

IV – indicação do agente público que, por parte da administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio;

V – previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela administração de projeto adicional

detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;

VI – previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos repassados.

Art. 138. Os recursos financeiros repassados em razão do convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo a entidade, obrigatoriamente, prestar contas ao ente repassador e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 139. As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I – quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da administração;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III – quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

Art. 140. No convênio é vedado:

I – previsão de pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao conveniente;

II – transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio.

Art. 141. A ampliação do objeto do convênio dependerá de prévia aprovação de projeto de trabalho adicional e da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas.

Art. 142. A ampliação do objeto do convênio e a prorrogação de seu prazo de vigência serão formalizadas mediante termo aditivo.

Art. 143. Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de

mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

Art. 144. As receitas financeiras auferidas na forma do artigo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

Art. 145. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Art. 146. Aplicam-se as disposições desta lei, no que couber, aos acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por qualquer dos Poderes do Estado, órgãos e entidades de sua administração direta ou indireta, entre si ou com outras pessoas de direito público ou privado.

Capítulo V

Sanções Administrativas

Seção I

Das Vedações aos Agentes Públicos

Art. 147. É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II – estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 8248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 148. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seus atos ensejarem.

Art. 149. Considera-se servidor público, para os fins desta lei, aquele que exerce, mesmo que transitoria-

mente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

Parágrafo único. Equipara-se a servidor público, para os fins desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do Poder Público Estadual.

Seção II

Modalidades das Sanções

Art. 150. O candidato a cadastramento, o licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e

V – descredenciamento do sistema de registro cadastral.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

Art. 151. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

Art. 152. A multa pode ser aplicada, dentre outros motivos, a quem:

I – não mantiver sua proposta;

II – apresentar declaração falsa;

III – deixar de apresentar documento na fase de saneamento;

IV – descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato.

Art. 153. O instrumento convocatório pode fixar os valores das multas, inclusive na forma de percentuais mínimos ou máximos, incidentes sobre o valor do contrato.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 154. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pode ser aplicada a participante que:

I – recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração;

II – não mantiver sua proposta;

III – abandonar a execução do contrato;

IV – incorrer em inexecução contratual.

Parágrafo único. A aplicação da sanção prevista no *caput* deve observar as seguintes regras:

I – prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos; e

II – impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela entidade estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no artigo 158.

Art. 155. Quando o participante for punido com a sanção prevista no inciso III do artigo 150, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

Art. 156. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada a quem:

I – fizer declaração falsa na fase de habilitação;

II – apresentar documento falso;

III – frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

IV – afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V – agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

VI – tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;

VIII – tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante a administração pública estadual.

Art. 157. A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração.

Art. 158. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a administração ou da declaração de inidoneidade:

I – às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a administração pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

II – as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

Art. 159. Na hipótese de inexigibilidade, dispensa ou contratação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública Estadual o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Art. 160. Na aplicação das sanções, a administração deve observar as seguintes circunstâncias:

I – proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

II – danos resultantes da infração;

III – situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

IV – reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e

V – circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

Seção III

Procedimento de Aplicação de Sanções

Art. 161. As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa.

Art. 162. O procedimento deve observar as seguintes regras:

I – o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;

II – o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

III – o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;

IV – caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;

V – quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim;

VI – concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

VII – transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a comissão, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do órgão ou entidade perante o qual se praticou o ilícito;

VIII – todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

IX – da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

TÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 163. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 164. É permitida a realização de licitação abrangendo mais de um órgão ou entidade, desde que sejam definidas em separado as demandas do objeto.

Art. 165. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública cabe ao órgão contratante responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento perante a entidade interessada.

Parágrafo único. Fica facultado à entidade interessada o acompanhamento da execução do contrato, reportando-se ao contratante.

Art. 166. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta lei é feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na forma da legislação pertinente, ficando a administração responsável pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição Estadual e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

Art. 167. O disposto nesta lei não se aplica às licitações instauradas e aos contratos assinados anteriormente à sua vigência.

Parágrafo único. Entende-se como licitação instaurada aquela cujo resumo do edital tiver sido publicado ou o convite formulado.

Art. 168. Nas contratações públicas do estado do Paraná poderá ser concedido tratamento diferenciado e

simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma desta lei, ressaltado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no *caput*, a administração pública estadual poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresas ou de empresas de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para aquisição de bens e serviços de natureza divisível;

IV - O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil;

V - Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública estadual poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 2º Não se aplica o disposto no *caput* quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no edital licitatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regimentalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 169. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15340, de 22 de dezembro de 2006.

Sala das Comissões, em 17.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/07. Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 467/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, compreendendo no seu âmbito de atuação as atividades concernentes a organização, a promoção, a coordenação, o desenvolvimento e a articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e o exercício de outras atividades correlatas.

Art. 2º Fica extinto o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, criado pela Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, transformado em autarquia pela Lei nº 9663, de 16 de julho de 1991, ficando suas atribuições, servidores, cargos, saldo das dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 1º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes, e outros compromissos de natureza jurídica que se encontram em execução pela entidade ora extinta, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 2º Os saldos financeiros dos recursos próprios, apurados no balanço de encerramento do Instituto de Ação Social - IASP, serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, com retorno posterior das receitas de convênios para a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, com a transformação da fonte 281: Convênios com Órgãos Federais, para a fonte do tesouro 107: Convênios com Órgãos Federais.

§ 3º Com relação às Fontes 250: Diretamente Arrecadados e 253: Cota Parte das Rendas das Loterias Estaduais, os saldos apurados no balanço de encerramento do IASP serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, ficando preservados os comprometimentos devidamente empenhados e reconhecidos pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a expedir os atos necessários à incorporação da IASP pela administração direta, para que no prazo máximo de 120 dias sejam readequados os atos organizacionais, as transformações, as denominações e o remanejamento dos

cargos de provimento em comissão, patrimônio, as dotações orçamentárias do exercício de 2007 e os ajustes administrativos e orçamentários, no que se refere aos órgãos e entidade antingidos pela presente lei.

Art. 4º O Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência - FIA, criado pela Lei nº 10014, de 29 de junho de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº 3963, de 29 de agosto de 1994, bem como a Lei nº 11091, de 16 de maio de 1995, que destina recursos aos programas de assistência ao menor, passa ao âmbito da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

Art. 5º Fica transferido para o âmbito da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, criado pela Lei nº 9579, de 22 de março de 1991, com nova redação dada pela Lei nº 10014, de 29 de junho de 1992, com a integração de novos dispositivos por aprovação do Poder Legislativo, em 15 de abril de 1993, e alterações pelas Leis nº 11136, de 18 de julho de 1995, nº 11361, de 12 de abril de 1996 e nº 13278, de 10 de outubro de 2001.

Parágrafo Único. Os recursos, necessários ao funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, serão custeados com recursos da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

Art. 6º Para a implementação do disposto nesta lei fica autorizada a expedição de decretos regulamentares e de abertura de créditos especiais e suplementares, incluindo a adequação de fontes e de abertura de anexos de obras, servindo com créditos para as suplementações orçamentárias, os saldos apurados no balanço de encerramento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, bem como de previsões de novos ingressos de convênios vinculados, com ingressos de receita via Tesouro Geral do Estado.

§ 1º Fica criada a Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre Bilhetes de Passagens Intermunicipais, para ações voltadas à Criança e ao Adolescente, decorrente do disposto no Decreto nº 819, de 05 de outubro de 1971, que deverá ser aplicada, exclusivamente, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 2º Os saldos financeiros apurados no encerramento do balanço do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, na Fonte 250 - Diretamente Arrecadados, será transformada em Fonte 109, por ocasião do crédito especial.

Art. 7º Ficam transferidos à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - do extinto Instituto de Ação Social do Paraná IASP: 01 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo

DAS-1; 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três) cargos de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5;

II - da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP: 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 7-C;

III - da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU: 17 (dezessete) cargos de Diretor de Unidade Penal, símbolo DAS-5.

Art. 8º Os cargos de provimento em comissão, a que se refere o artigo 7º, os incisos I a III desta lei, ficam alterados em sua denominação e simbologia para:

I - na Secretaria de Estado da Criança e da Juventude: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Coordenador, símbolo DAS-2; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Área, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Coordenador de Programa, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três) cargos de Diretor de Centro de Socioeducação, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos da Assistente, símbolo 1-C; 06 (seis) cargos de Coordenador de Setor, símbolo 1-C; 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 7C;

II - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C.

Art. 9º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 10. Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por força desta lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social

do Paraná - IASP ao estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-08, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo Único. Ficam incluídas nas condições de averbação automática, junto aos respectivos Ofícios, a que se refere o *caput* deste artigo, por força da Lei nº 15466, de 31 de janeiro de 2007, a incorporação ao estado do Paraná dos bens imóveis das seguintes entidades:

I - do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR;

II - do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM;

III - do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP.

Art. 11. O saldo remanescente do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, deverá ser transferido para a Secretaria da Criança e da Juventude - SECJ.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o artigo 6º da Lei nº 15521, de 05 de junho de 2007.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a conceder a redução no pagamento de tarifas, nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, para veículo que transporte estudante com destino à estabelecimento escolar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu vou votar a favor porque o projeto é do Deputado Marcelo Rangel. Temos que apoiar os indicativos de Ponta Grossa, mas quero dizer que este projeto, automaticamente, não terá eficácia, porque existe um contrato entre a concessionária e o Governo do Estado. Este projeto tem todos os méritos, Deputado Rangel, mas certamente não vai vingar em função de que existe um contrato entre a concessionária e o Governo do Estado.

Este projeto nós vamos aprovar aqui, mas não vai vingar, mas vou votar a favor em respeito ao Deputado Marcelo Rangel, porque o projeto em si, é aquele velho contrato que não permite fazer isso, senão daqui a pouco, semana que vem alguém faz direito a um, a outro, e

quando vê vira tudo aquilo como tem hoje aí e vai acabar subindo a tarifa. Diminui a arrecadação, sobre a tarifa.

Então, voto a favor em respeito ao Deputado Marcelo Rangel, mas deixando crente que este projeto não vai vingar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda da CCJ.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu, em contato com o autor da emenda da CCJ, Professor Luizão, entramos em um acordo em que o autor está retirando a emenda. O senhor poderia consultá-lo?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto o Deputado Professor Luizão, e solicito que envie por escrito à Mesa a solicitação de retirada. Está retirada a emenda.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas pode retirar antes de chegar o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não pode.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, então, não pode.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou colocar em votação o requerimento do Deputado Luizão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, se não chegou o requerimento, não pode!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas eu coloco o requerimento verbal dele em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas pode colocar?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o Requerimento nº 2172, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, solicitando a retirada da emenda da CCJ, ao Projeto de Lei nº 242/07. **Aprovado. Está retirada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/07, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles

de Mello e Plauto Miró, que denomina Marcelo Augusto Barbur, o Hospital Regional de Ponta Grossa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 085/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró busca dar a denominação Marcelo Augusto Barbur ao Hospital Regional de Ponta Grossa.

Fundamentação

O presente tem o intuito de dar a denominação Marcelo Augusto Barbur ao Hospital Regional de Ponta Grossa, devendo, para tanto se observar o determinado pela Lei nº 8761/88:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

A lei faz tal exigência para que não se incida erro, pois, não se tem conhecimento se o referido hospital já possui denominação própria, ou se, em outra oportunidade, um nome lhe foi imputado.

Conclusão

Uma vez obedecida a exigência acima preconizada, diante da baixa em diligência à Casa Civil e Secretaria da Administração que confirmou, mediante resposta ao Ofício nº 006/07, a inexistência de qualquer óbice à denominação proposta, somos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 085/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 085/07, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, visa denominar de Marcelo Augusto Barbur, o Hospital Regional de Ponta Grossa.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Consta, também, despacho da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, informando inexistir denominação ao hospital regional.

A Comissão de Obras Públicas entende que é justa a homenagem que será prestada ao engenheiro civil Mar-

celo Barbur, que muito realizou pela cidade de Ponta Grossa e pela região dos campos gerais.

Chamada a comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

Sala das Comissão, em 16.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON -

Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI -

Relator

Em votação.

Espero que seja consensual a denominação do Hospital Regional de Ponta Grossa, ainda no 2º andar, segundo o Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade, falando do hospital regional, tenho que fazer alguns comentários aqui, porque eu lutei tanto por essa obra e eu sempre fui um Deputado recalcado com Maringá, Londrina e Cascavel, enciumado. Dr. Batista, sempre tive ciúmes de V. Exa., do Deputado Belinati, do Edgar Bueno, de Cascavel, porque sempre vi aquelas cidades com um hospital regional bonito, grande. E aí eu vi, muitas vezes, as pessoas falando: mas por que a Universidade Estadual de Ponta Grossa recebe tão pouco? Por que não tem um hospital regional? Um hospital regional, Dr. Batista, me corrija se eu estiver errado, precisa de, no mínimo, 1.500 funcionários para tocar, no mínimo. Então, estou certo.

Então, por que o orçamento da Universidade de Cascavel, de Maringá, de Londrina é maior, por quê? Porque têm escolas que são hospitais. Então, eu sempre tive um ciúme dessas cidades e eu fui Prefeito de Ponta Grossa e o verdadeiro hospital regional de Ponta Grossa é um pronto-socorro do município, mas quem paga a conta é o SUS, mas chega o fim do mês, o pronto-socorro gasta 1 milhão e meio e o SUS manda 700, falta 800 mil todo mês. Quem tem que pagar esta conta? A Prefeitura de Ponta Grossa. E quem usa o hospital pronto-socorro? Toda a região. Por quê? Porque o hospital é público. Ele não pode se negar a atender Carambeí, Ipiranga. Tinha até uma brincadeira que o Prefeito lá de Ipiranga, o ex-Prefeito Robertinho, ele criou o melhor plano, o maior projeto de saúde da história do mundo, foi ele quem criou, ele comprou 1 ônibus e trazia todos os doentes lá de Ipiranga para o pronto-socorro de Ponta Grossa, e não poderíamos nos negar a atender porque era público o hospital e o Prefeito vinha na boléia, às vezes, guiando o ônibus e dizia: “Vamos lá, que não podemos deixar de atender.”

Então, na verdade, o Hospital Regional de Ponta Grossa sempre foi o pronto-socorro e o pronto-socorro, Deputado Zucchi, nunca recebeu 1 centavo do estado, nem uma ambulância. Eu, quando Prefeito, o Deputado Djalma conseguiu 10 leitos de UTI para colocar o pronto-socorro e eu não consegui credenciar os leitos - hoje estamos com briga aqui que o estado quer credenciar e os

hospitais não têm onde colocar. Na minha época, eu tinha os leitos e tive que pagar as equipes, equipes próprias da prefeitura, porque o estado não queria credenciar porque não tinha recursos.

Então, quando tenho a oportunidade de conseguir com o Governador, tivemos a felicidade de um dia nos unirmos, eu e o Prefeito que é meu adversário em Ponta Grossa, fizemos a cabeça do Requião, colocamos na cabeça do Governador que Ponta Grossa merecia um hospital regional. E um dia o Governador estava num daqueles dias iluminados, tinha feito uma bela cavalgada, tinha andado, estava alegre, a cavalgada tinha sido a 50 por hora, ele estava louco de alegre, era um dia sensacional, era um entardecer, início de noite que o Governador tinha passado ali pelo Canguiri, pelos animais, falou: “Ali está o fulano, ali está o sicrano, aquele ali é o fulano lá da Assembléia, Jocelito, eu não posso falar aqui.” Mas o Governador brincava e eu ficava animado e naquele dia, Sr. Presidente, nasceu o hospital regional e não é verdade que faz 1 ano e meio que o hospital está sendo construído, não é verdade, começou a construção agora este ano. A obra do hospital regional começou este ano. O hospital teve atraso, por quê? Porque a prefeitura, a princípio, fazia a obra, e depois o estado repassaria para o município os recursos, mas não teve condições.

O Prefeito queria fazer a obra lá ao lado do CEFET, porque era uma obra dele, e eu defendi a idéia, discuti como Governador, provei ao Governador Requião que era importante fazer a obra no campus, por quê? Porque eu entendia que no momento em que nós tivéssemos o hospital regional, poderíamos ter de volta o curso de Medicina, que agora foi anunciado que existe uma comissão trabalhando para isto.

Então, Deputado Marcelo Rangel, com todo respeito que tenho por V. Exa. - V. Exa. é um Deputado jovem, tenho certeza que vai aprender bastante, tem uma vivência danada pela frente - agora, quero pedir para V. Exa. que não fale mais do hospital regional, deixe acontecer, vamos deixar acontecer o nosso hospital. O Hospital Regional de Ponta Grossa já é uma realidade, já está andando, ele está neste momento acontecendo em Ponta Grossa e não adianta vocês fazerem conversa, Plauto, nem você, nem o Marcelo, vocês tem que aplaudir o hospital, gente, vamos ser sinceros, já passou a campanha, vamos aplaudir o hospital, vamos aplaudir, eu tenho brigado com o Requião, tenho dado uns cacetes nele quando precisa, porque ajudei a elegê-lo e sou legítimo porque ajudei a eleger e vou cobrar, sim. Agora, não vou falar mal do hospital regional, não vou falar mal da minha cidade, do hospital que vai atender a região.

Fui Prefeito de Ponta Grossa e não tinha um hospital regional. Nós estamos passando a ter. Se demorar mais 1 ano, a previsão é agosto do ano que vem. O que me dói o coração quando fala do hospital, porque a minha mãe sempre me ensinou: “É melhor um passarinho na mão do que 10 voando”, é melhor ter um hospital construindo, que vai demorar um pouco, mas vai ter, vai ter o

hospital! Está lá, eu subi no 2º andar, com todo orgulho pisei no 2º piso do hospital regional e estou animado com a obra, estou feliz com a obra.

Nós assinamos juntos, pedi ao Marcelo, ao Plauto, ao Péricles, que fizéssemos uma homenagem ao Marcelo Barbur. Quem é Marcelo Barbur? É um idealizador de Ponta Grossa, um engenheiro que sonhava com as coisas da cidade, não é médico, mas a obra é tão bonita, nós podíamos colocar o nome de um médico, mas quisemos colocar o nome de um engenheiro, porque era um cara que queria ver coisas belas, boas e bonitas em Ponta Grossa e todos os Deputados assinaram.

Então, encaminho, Deputado Marelo Rangel, não quero lhe ofender, V. Exa. sabe que eu tenho um carinho especial por V. Exa., pelo Deputado Plauto, pelo Deputado Péricles, não quero ofender ninguém, só quero dizer: para quem não tinha um tijolinho há 6 meses atrás, poder subir e pode botar o pé lá no 2º andar, já é bom, Sr. Presidente! Com todo respeito, já é bom! Estou alegre e por isso encaminho e peço aos companheiros: vamos homenagear esse grande engenheiro de Ponta Grossa que morreu num acidente aéreo, recentemente, um homem que ajudou a construir e tinha ideais de Ponta Grossa. Por isso, peço aos companheiros que votem porque o Hospital de Ponta Grossa, eu costumo dizer para as minhas filhas: vai ser o patrimônio da saúde! Daqui a 100 anos vai estar salvando a vida de meus filhos, de meus netos e de todas as criancinhas!

Estou feliz com o hospital e discordo de qualquer comentário que venha acontecer sobre o hospital.

Obrigado, Sr. Presidente, continuo inscrito em Explicações Pessoais, depois.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Vou ser extremamente breve. Primeiro: não fiquei ofendido, de maneira nenhuma, Deputado Jocelito Canto, pelo contrário, é um projeto de autoria de 4 Parlamentares da cidade de Ponta Grossa, Deputados Plauto Miró, Péricles de Mello, Jocelito Canto e de minha autoria. Eu nunca falei mal do hospital regional, mas vou cobrar, tijolinho por tijolinho, como o senhor falou, vou fazer as cobranças, sim, podem ter certeza!

Tenho muito orgulho desse projeto de lei, Sr. Presidente. Foi um dos primeiros que propusemos aqui na Assembleia Legislativa, eu como Deputado de 1º mandato, aprendendo, assinei em conjunto com os demais Deputados de Ponta Grossa. Gosto muito de falar o nome de Ponta Grossa, até mesmo na semana passada um Parlamentar falou assim: “Marcelo, você fala demais o nome da cidade de Ponta Grossa, você é um Deputado do estado do Paraná.” Mas, Deputado, eu tenho muito orgulho, muito orgulho mesmo, sou bairrista, sou apaixonado pela minha cidade e estou muito feliz em saber que Ponta Grossa tem uma das maiores representatividades parlamentares aqui na Assembleia Legislativa. Pode ser o Parlamentar que for, pode ser de qualquer partido, pode ser do Governo do Estado do Paraná, pode ser daqui da Opo-

sição, mas quando defende, quando fala aqui da minha cidade, eu me sinto extremamente orgulhoso!

Estou só preocupado com o andamento do hospital. Acho que precisamos cobrar, sim, do Governo, investimento e emergência com relação à nossa saúde, com relação à cidade de Ponta Grossa e aos campos gerais, mas nunca falei mal do hospital regional. Estarei aqui na Assembleia Legislativa e quantas vezes for preciso eu estarei levantando a voz para cobrar, tijolinho por tijolinho, dessa obra.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Quero fazer uma constatação. Os Deputados, pelo menos o Jocelito Canto, Marcelo Rangel e Plauto Miró principalmente, eu poderia dizer que eles passaram os 6 meses desse 1º semestre, batendo no Governo todos os dias, inclusive, não acreditando na realização dessa grande obra do Governo do Estado.

Então, o que acontece no dia de hoje? Antes de a criança nascer, ainda no 2º pavimento, os Deputados que muitas vezes fazem pronunciamentos praticamente radiofônicos, vêm para cá para dizer que eles estão acreditando no Governo, porque, na realidade, fazem muitas vezes, pronunciamentos para o público externo, para dizer que são Oposição, mas, na realidade, eles estão dando hoje a demonstração que, de maneira sub-reptícia, eles acreditam muito nesse Governo que está construindo hospitais, inclusive, o hospital que levará o nome de Marcelo Augusto Barbur, porque antes de a obra terminar, eles estão dizendo que acreditam, sim, a obra será revisada e finalizada, tanto é que se adiantam a todos para dar um nome a essa grande obra do Governo do Estado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) **(Para Encaminhar)**

Escuto uma ampla discussão na nomeação do hospital regional, hospital esse que foi anunciado há muito tempo e que hoje tem 10% da obra executada. Muito bem, eu vejo o Deputado Waldyr Pugliesi, aqui trazendo à tona, e quero deixar bem claro, esse projeto de lei que está nominando de engenheiro Marcelo Barbur o Hospital Regional de Ponta Grossa, surgiu de uma idéia do Deputado governista da época, Deputado Jocelito Canto. Vieram até os demais Deputados de Ponta Grossa buscar o apoio para nomeação do hospital regional. Nós, como ponta-grossenses, como conhecedores do engenheiro Marcelo Barbur, falecido em acidente aéreo, assinamos em conjunto com o Deputado Jocelito Canto.

Agora, a verdade é uma, o Deputado Waldyr Pugliesi vem aqui nos criticar, dizendo que nós criticamos o Governo por não fazer o hospital regional. A verdade é uma, Deputado Waldyr Pugliesi: várias regiões do Paraná estão recebendo o hospital regional. A nossa região dos

campos gerais está, depois de ser anunciado em cima da eleição do ano passado, vindo o início da construção do hospital regional. Isso tudo vai um longo tempo ainda, Presidente, para que essa obra possa ser concluída e, depois de concluída, tem o “recheio” do hospital, que são os equipamentos, que têm um custo muito elevado. Então, vai muito tempo ainda para que os doentes de Ponta Grossa, dos campos gerais, possam ser atendidos por esse hospital regional.

Quero deixar claro com relação ao curso de Medicina que aqui citaram. O Governador que, na época fechou o curso de Medicina, passou a mão no curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, porque na época estava no principais jornais e nos principais meios de comunicação do estado do Paraná, ele dizia que o estado do Paraná não tinha dinheiro para implantação do curso de Medicina. Também dizia que as entidades médicas do Paraná e do Brasil não queriam mais 1 curso de Medicina, que já tinha muito, já tinha em Maringá, Londrina, Cascavel, a Evangélica, a Católica e a Federal e não tinha mais espaço para mais 1 curso de Medicina no estado do Paraná.

Agora, depois de tomar uma surra na campanha eleitoral para o nosso Senador Osmar Dias, uma grande surra em Ponta Grossa, porque ele cometeu um erro, fechou um curso com alunos em sala de aula, num bloco que havia sido construído, e as urnas disseram para ele, para a turma do PMDB, na cidade de Ponta Grossa.

Com isso, o que estamos vendo agora é o Governador tentando achar uma desculpa para devolver aquele curso para a nossa universidade e a desculpa vai ser o hospital regional, sendo que o curso poderia funcionar com uma parceria com a Santa Casa, o Hospital Evangélico, com o Bom Jesus, formando os médicos, como vários outros cursos, sem ter o hospital regional.

Então só para deixar registrado, falaram muita coisa aqui, Sr. Presidente, mas a verdade é essa: o hospital regional, depois de pronto - não sei quanto tempo vai demorar - irá, sim, ajudar a cidade. Mas só depois de pronto nós podemos daí bater palmas, porque pessoas que têm necessidades de serem atendidas na área da saúde terão a estrutura desse hospital regional, que por enquanto, Deputado Chico Noroeste, tem em torno de 10% construído. Mas, muitos votos já ganharam, porque anunciaram em cima da eleição, um pouquinho antes do dia da eleição. Mas, assim mesmo Ponta Grossa disse não para o Requião. 68% para o Senador Osmar Dias e 36% para o Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, Deputado Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)

V. Exa. gostaria de dar prosseguimento a Ordem do Dia, até porque hoje estamos na 1ª discussão do Projeto de Lei nº 085/07, que não convém entrar no mérito.

Os nossos Deputados estão entrando no mérito. Hoje, decidimos a constitucionalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos votar o projeto.

Pela Ordem, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Parece-me que o Deputado Carli Filho, fala da constitucionalidade. Temos que, de fato, discutir pelo seguinte: aqui, ouvimos muitos dos autores, como o Deputado Péricles e o Deputado Jocelito, que sempre foram além de defensores da criação do hospital regional, eles sempre vieram aqui falar do estágio que estava o hospital regional. Eles sabem que o hospital existe, estão dando nome a uma edificação que está sendo executada, no ritmo, inclusive, frenético. Uma obra maravilhosa, que está lá no canteiro de obras.

Agora, tenho que reconhecer que os mais ilustres representantes da aristocracia ponta-grossense não reconhecem a obra do hospital regional. Então, dar nome a um hospital sem reconhecer que o hospital exista, de fato, Sr. Presidente, atenta contra a constitucionalidade do projeto.

Por isso que é importante que o Deputado Plauto possa, de fato, publicamente reconhecer que o hospital exista, até para poder nominar.

Acho que o que está em jogo, na verdade, é a constitucionalidade, mesmo com base na existência do hospital que está sendo construído.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que durante 180 anos da aristocracia ponta-grossense, que explorou a pobreza, que fez com que aquela cidade ficasse sem ter, de fato, um sistema de saúde digno para atender a cidade e a região, irão morrer de raiva, porque olha, eu não sou assim precipitado, mas vou dizer que daqui a 2 anos e meio, 3 anos, não vamos ouvir falar de saúde em Ponta Grossa, porque vamos ter um sistema público da prefeitura e do estado extremamente positivo, com curso de Medicina funcionando e, certamente, muita gente vai morrer de raiva, por ter resolvido este Governo, um problema histórico da comunidade ponta-grossense e de toda aquela região dos campos gerais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação.

Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado. Por unanimidade, inclusive.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que revoga o artigo 4º da Lei Estadual nº 13213, de 29 de junho de 2001. (precatório). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 411/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposição busca revogar artigo de lei estadual que dispõe sobre a compensação de débitos fiscais inscritos em dívida ativa, no estado do Paraná.

Legitimidade e Constitucionalidade

Como aspecto inicial, necessária a verificação da iniciativa. Para isto, define-se como objeto principal do projeto a arrecadação tributária em nosso estado. Partindo disto, consulte-se o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Assim, estando conforme os requisitos legais, continua-se a análise da proposição.

A compensação com precatórios é forma de extinção do crédito tributário, consoante disposição do Código Tributário Nacional. Pois bem, o precatório alimentar é forma de pagamento de débitos do estado, assim, estando débito e crédito presentes entre as mesmas pessoas, nada há que possa impedir tal compensação. Está assente, inclusive por meio da lei a ser modificada, a possibilidade de compensação com precatórios de natureza alimentícia. Sendo assim, a questão exclusiva diz com a consideração ou não desta compensação como arrecadação tributária, entendimento este que impactará de modo direto no posterior repasse constitucional do montante arrecadada para os municípios de nosso estado.

Arrecadação pode ser assim entendida: *Segundo estágio da receita pública, consiste no recebimento da receita pelo agente devidamente autorizado: 2 - É o processo pelo qual, após o lançamento dos tributos, realiza-se seu recolhimento aos cofres públicos; 3 - É o ato de recebimento do imposto do contribuinte pelas repartições competentes e manifesta-se em dinheiro, de acordo com leis e regulamentos em vigor e sob imediata fiscalização das respectivas chefias; 4 - Arrecadação da receita consiste em cobrar os tributos, recebê-los e guardar o número respectivo, podendo ser direta (por coleta, por unidades administrativas e por via bancária) ou indireta (arrendamento, retenção na fonte e estampilha).* (Conceito extraído do site da Secretaria do Tesouro Nacional)

De se ver portanto, que pode ser arrecadado de modo indireto, não pelo simples e direto pagamento feito pelo contribuinte ou responsável do crédito tributário. E mais, quando se extingue um crédito tributário, que se dizer que nada mais há de dívida a ser paga, inclusive neste caso pela compensação efetuada. Ressalte-se: houve transmissão de valores do contribuinte para o estado, portanto houve arrecadação, houve acréscimo de

receita pública aos cofres estaduais. Ora, a partir disto, formar-se-á um valor total, que será então distribuído aos municípios, conforme regra constitucional. Senão vejamos o texto da Carta Magna de nosso país:

Art. 158. Pertencem aos municípios:

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Pelo exposto, cabe dizer que descumprir esta regra dá ensejo inclusive para intervenção federal, como exposto no artigo 34, V, "b" da Constituição Federal.

No que tange a Lei de Responsabilidade Fiscal, inexistente óbice ao prosseguimento do presente projeto, posto não acarretar renúncia de receita, mas sim cumprimento à norma constitucional.

Acerca da técnica legislativa empregada, exigência da Lei Complementar 095/98, uma vez mais não é encontrado vício que possa macular a proposição.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 411/07

P A R E C E R :

De acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

O presente projeto de lei pretende revogar o artigo 4º da Lei Estadual nº 13213/01, que não aceita compensação de precatório de natureza alimentícia como forma de arrecadação tributária.

Imperioso dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais atinentes ao tema.

O fulcro do presente projeto está em se admitir que a compensação com precatório de natureza alimentícia seja considerada forma de arrecadação em nosso estado. Vê-se porquanto, que as finanças do estado não sofrerão impacto maior, até porque o valor continuará a ser recolhido. A questão deve ser vista pelo fulcro de que se esta compensação é ou não considerada arrecadação.

Vale dizer que o Poder Executivo, por meio de seu órgão técnico, aceitará ou não a compensação a ser efetuada. É este Poder que dará a última palavra sobre o tema. Calha dizer ainda que no corrente ano foi editado decreto em que se inadmita a compensação com precatórios no Paraná nas situações que especifica.

Necessário lembrar que se modificará o *quantum* recebido pelos municípios, ao passo que só se divide o

que se considera arrecadação. Mas nada há que possa desatender os requisitos da Lei Complementar nº 101/00 ou demais leis que tratem sobre atividade financeira do estado.

Ratificando um vez mais, não haverá perda de arrecadação, apenas modificação no nome dado a tal entrada de recursos aos cofres públicos.

Face ao exposto e respeitando os princípios constitucionais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2162 de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2136, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2151, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni acabou de me chamar atenção sobre um tema que acho que é muito importante. Eu protocolei esse pedido de informação no dia 21 de maio, por conta de um acordo que fiz com o Deputado Edson Praczyk. Esperava que a Secretaria da Saúde, e esperei pacientemente - aliás, a palavra paciente vem justamente de se esperar - para que a saúde possa retornar, e quero dizer que infelizmente eu não consegui obter a resposta até hoje.

Quero dizer que quero encaminhar favoravelmente para que a Secretaria de Estado da Saúde possa responder sim a esse requerimento, especificamente da Secretaria da Saúde, do Deputado Edson Praczyk.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

Aprovado.

Requerimento nº 2152, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2163, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2127, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2146, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2147, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2153 a 2161 e 2170, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2169, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PÉRICLES DE MELO (PT) (**Pela Ordem**)

A Assembléia entra em recesso amanhã. Fiz um requerimento formal ao Governador, porque o desconto dos dias parados vai ser feito no mês de julho. Se não votarmos hoje esse requerimento, ele perde o sentido.

Pediria uma reconsideração ao Deputado Jocelito Canto para que possamos votar no dia de hoje apenas uma solicitação para reavaliação do Governo. O que o Deputado Jocelito voltasse atrás, para que votássemos hoje esse requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Reconsidero!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o requerimento.

Deputados favoráveis ao requerimento.

Aprovado!

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, estamos numa Sessão quase final. Existe este momento de encontro dos Deputados aqui, mas queria deixar registrado, hoje, e nós falamos muito sobre saúde, quero que o Deputado Waldyr Pugliesi, por quem tenho o maior respeito, quero dizer a V. Exa. que foi injusto comigo quando disse que eu falei mal do hospital regional. Jamais faria isso! V. Exa. nunca ouviu eu falar mal do hospital regional. Tenho que retirar essas suas palavras aqui, porque o senhor pode procurar nos Anais desta Casa, o senhor nunca vai encontrar eu falando mal do hospital regional, pelo contrário, eu briguei o tempo inteiro por esse hospital regional. Não posso aceitar o que o Deputado Pugliesi falou aqui.

Mas, vejo falar muito sobre a saúde e venho lutando há muito tempo pela saúde de Ponta Grossa, até porque eu, todos os dias estou em Ponta Grossa, vou e volto, até porque tenho uma facilidade que alguns Deputados não têm, de morar a 100 quilômetros da sede da Assembléia. Estou em casa, é o mesmo que morar na região metropolitana. E todos os dias estou no rádio e quando se está no rádio se ouve reclamações do povo e temos problemas na saúde, sim, mas poderia enumerar aqui muitas obras que estão acontecendo, já enumerei. Há falhas? Há falhas, sim. Eu já provei aqui algumas falhas que o Governo também cometeu e que eu me obriguei a fazer o financiamento para poder cobrir despesas do menino, para poder salvá-lo. Há falhas! E estas falhas, acho justo que eu possa indicá-las, afinal, ajudei a eleger este Governo. E um Governo não se faz só elogiando. Um Governo se constrói cobrando o que prometeu na campanha, exigindo-se o que ajudou na campanha e o colocando nos trilhos, quando acha que está errado. Acho que só por ser Governo não posso dizer amém a tudo, eu tenho que dizer aquilo que eu acho, aquilo que eu penso.

Mas, eu queria deixar aqui, antes de encerrar, até porque está terminando a Sessão, estão indo embora e daqui a pouco V. Exa. vai me cortar a palavra, eu só queria deixar um CD, vou passar à presidência um CD com a degravação deste CD. É muito importante. Lá em Ponta Grossa, na quinta-feira, sobre a saúde. E naquele dia, muitas pessoas subiram à tribuna da Câmara para falar sobre a situação da saúde, para falar mal da saúde. Muitas, com direito, porque as coisas não estavam bem, mas, teve umas duas ou 3 pessoas que subiram e estas pessoas nos mostraram que o problema da saúde não é só estadual, também tem a ver com o município, e também tem a ver com o Governo anterior.

Nesta fita que passo a esta Casa e quero que seja transcrita nas notas taquigráficas, há o depoimento de uma senhora chamada dona Glorinha, que a Rede Globo colocou no jornal de Ponta Grossa essa senhora falando. Após audiência, a Globo, no jornal das sete colocou o pronunciamento dessa senhora dizendo que perdeu o

filho e o marido por falta de UTI em Ponta Grossa. E essa senhora chorou, se emocionou. Eu estava na audiência acompanhando. E aquela senhora fazia um pronunciamento emotivo, ela, que eu até ajudei a comprar o caixão, quando morreu o seu marido, isto me chamou a atenção. E aí eu indaguei àquela senhora: dona Glorinha, quando é que morreu o seu marido? E dona Glorinha disse: “Meu marido morreu há mais ou menos 9 anos atrás”. Então, não faz parte deste Governo. Esta morte de UTI já vem lá de trás, não é de agora!

Então, quando se fala de saúde, é preciso se falar com o pé no chão, é preciso respeitar aquilo que todos têm o direito: foram 2 casos que aconteceram! O 2º caso, um senhora também confessou que ficou 5 horas esperando uma ambulância da prefeitura para levar a criança até o hospital municipal. Chegou a fechar o postinho, ela ficou debaixo de chuva com a criancinha doente, e aí a ambulância chegou, 5 horas depois. E aí me lembrei que o Governador Roberto Requião, atendendo a um pedido nosso, mandou 3 ambulâncias para Ponta Grossa, destas novas. E que no Governo anterior eu era Prefeito e não recebi, e o Péricles também, nenhuma ambulância do Governo Estadual.

Então, queria deixar esta lembrança. Não estou atacando ninguém, não estou criticando ninguém, estou apenas fazendo este registro e vou deixar a cópia desta fita para que a imprensa não seja injusta. Quem ouviu a matéria, em casa, da Rede Globo, que é uma grande audiência, pensou o quê: “Poxa, morreu o marido, morreu o filho, o Governo está matando, realmente”. A matéria não diz que aquela pessoa morreu há 9 anos atrás.

Então, são estas inverdades com as quais não concordo. Eu critico o Governo, elogio quando tiver que elogiar, e defendo quando tiver que defender aquilo que eu acho justo. E acho que em Ponta Grossa estamos andando, sim. O Hospital Regional de Ponta Grossa, alguns que falaram aqui, fizeram críticas ao hospital, na campanha. Eu estou feliz, nós vamos receber um hospital que a cidade não tem. A Santa Casa completa agora, esta semana, 100 anos, agora este mês. A Santa Casa de Foz do Iguaçu, o que aconteceu? Fechou. Quebrou. E a de Imbituva? Quebrou. E a de Paranaguá? Quebrou. Mas a de Ponta Grossa resistiu e completa 100 anos este mês. E o que estamos construindo em Ponta Grossa?

Estamos construindo um hospital do tamanho do hospital Santa Casa. Ele vai ter 5 andares! Vai ser maior do que o hospital de Cascavel, vai ser maior do que o de Maringá, vai ser mais moderno do que o de Londrina, que é um dos mais bonitos e modernos do Paraná.

Então, eu que já fui Prefeito e o Deputado Anibal Khury dizia: “Atrás do balcãozinho é outra coisa. Na frente do balcãozinho você pede uma cachaça e reclama até do gosto. Mas quando você está atrás do balcãozinho servindo a cachaça, você tem que oferecer a cachaça em dia. Atender 4 ou 5 clientes ao mesmo tempo... atrás do balcãozinho é outra coisa!”

Eu fui Prefeito e sei o que representa essa obra! Briguei por essa obra e jamais vou me calar quando alguém ofender essa obra aqui. Jamais! Nem que fique sozinho, porque essa obra é a obra que sonhei quando Prefeito e não pude fazer, porque não tive apoio, não tive ninguém que me ajudou a construir um hospital e chegava no fim do mês e faltava dinheiro para os postinhos, porque eu tinha que aplicar o dinheiro no hospital regional, que era o pronto-socorro, Deputado Cheida, porque a cidade não tinha um hospital regional. E o hospital é público, a prefeitura tem que atender.

Então, Sr. Presidente, não falem mal de um hospital que a nossa cidade está ganhando, que a nossa região está ganhando, um hospital que eu lutei muito e que tive a honra - e posso ter as minhas broncas com o Cláudio Xavier e com o próprio Governador Requião, mas eu jamais quero ser injusto pelas coisas boas que eles estão fazendo.

Vou brigar pela URV, vou brigar pelos policiais, vou brigar por tudo, mas vou aplaudir a obra do hospital, sim, porque daqui a 1 ano, daqui a 1 ano e meio ou 2 anos, quero ver as crianças entrarem nesse hospital.

Alguém falou aqui: e cadê o dinheiro dos equipamentos? Está no orçamento deste ano. É só abrir o orçamento, porque lá está uma emenda feita por mim, uma emenda para colocar os equipamentos desde já nesse hospital. Tive esse cuidado de fazer essa emenda com o apoio do Governo! Então, está lá a emenda. Que dure mais 2 anos, mas puxa, nós não tínhamos nada! Nós vamos ter um hospital e estamos reclamando que vai demorar o hospital! Não podemos ser assim! Temos que reclamar se não tivesse o hospital, mas estamos construindo! Deputado Carli, o senhor não gostaria de ter um hospital regional em Guarapuava? Claro que gostaria! Deputado Chico, tem hospital regional em Foz do Iguaçu?

Os senhores devem estar querendo me pegar, porque conseguimos! É isso! Estou orgulhoso, porque batalhamos e lutamos por esse hospital regional. Então, não posso aceitar esse tipo de comentário, por mais que estejamos no finalzinho, não posso aceitar esse tipo de colocação. Tem coisas boas acontecendo e as coisas boas vou falar! Quero dizer que, ao terminar este momento, Sr. Presidente, este 1º semestre aqui na Assembléia para mim foi maravilhoso! Fiz tudo o que eu quis! Eu me comportei como achei que devia. Não fui do Governo, não fui da Oposição, mas fui o Jocelito do povo, fui o Jocelito daquilo que tinha que fazer. Briguei comigo mesmo muitas vezes, sofri, passei momentos difíceis e ainda estou passando, mas não tem problema nenhum. Enquanto estiver aqui, vou defender aquilo que eu quero.

É assim que me sinto bem como Deputado, apoiando as coisas boas do Governo, não deixando que façam injustiça com as coisas boas do Governo, mas não deixando de criticar o Governo que ajudei a eleger, o Governador que eu andei de bairro em bairro,

peguei a sua bandeira e disse às pessoas: esse hospital vai sair. Está saindo! Esse hospital é o grande patrimônio dos meus filhos e dos meus netos. Daqui a uns 40 anos, acho que não estarei mais aqui, mas a minha filha vai estar, os meus filhos vão estar e os meus netos haverão de estar aqui e quando nós fizemos isso, escrevi um quadro à minha filha, quando fomos lá no terreno do hospital, dei a ela e disse: esse é o patrimônio que o seu pai está deixando. Ajudei a construir aquilo que a cidade não tinha.

Então, peço aos companheiros, respeito todo mundo, mas não falem de algo que está sendo construído. Não tinha nada, está acontecendo. Se 12% está acontecendo é porque já tem 12%. Começou este ano a obra, não foi no ano passado. A obra, de verdade, começou este ano. A obra está andando, está construindo, tive o prazer de subir as escadas, de pisar no 2º andar, de tirar uma foto ao lado do Pessutti e dizer: Pessutti, como sinto orgulho de estar aqui, hoje, porque lutei por este hospital e sei o que ele representa para as pessoas.

Deputado Romanelli, discordo de V. Exa. de que, daqui a 3 anos, tudo vai estar resolvido na saúde. Não, Deputado Romanelli, tudo não vai estar resolvido. Vai melhorar, porque só neste hospital tem 30 leitos de UTI. Vai melhorar, mas não vai resolver. Na saúde, nunca vai se resolver tudo, mas temos que caminhar para resolver.

Por isso, Sr. Presidente, vou colocar nas notas taquigráficas este pronunciamento por justiça. Não quero ser desonesto com ninguém. Vou deixar uma cópia desta fita, vou entregar ao Líder do Governo uma cópia que aqui mostra, numa Audiência Pública, o que eu ouvi. Tem mais: peço que sempre haja justiça. Eu me sinto muito injustiçado, nos últimos tempos, e quero que seja justo para todos. Os que for justo, justo; o que for errado que seja errado.

Deixo meu muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa. Tenho brincado com V. Exa., mas V. Exa., tem sido um grande Presidente, à altura, tem respeitado os Deputados. Quero me desculpar com algum companheiro se, em algum momento, os ofendi neste período. Não foi de vontade nenhuma, meu coração é grande, fraterno, mas é brigão, brigão pelo Paraná e pela região de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Em anexo depoimento da Dona Glorinha na audiência pública realizada pela Comissão de Saúde em Ponta Grossa)

Depoimento prestado para a Comissão de Saúde da Assembléia na 5ª feira, dia 12 de julho de 2007, na Câmara Municipal de Ponta Grossa.

UTI - 9 anos

Dona Glorinha: *Não foi o primeiro que eu já perdi por falta de UTI. O meu esposo eu também perdi por falta de UTI. Eu tive que pegar repórter. Fui lá na rádio*

do Jocelito pegar repórter para vim bater na porta da Santa Casa. Fui lá umas três vezes para procurar leito de UTI e não tinha. Fui no Bom Jesus procurar vaga, leito de UTI e não tinha. O que que foi feito, eu tive que pegar repórter para poder ir até lá. O repórter foi na frente e quando conseguimos internar meu esposo lá dentro ele tinha que ser levado para Curitiba, mas não foi levado porque não tinha verba para mim para poder levar para lá. Foi internado no Bom Jesus e ele acabou falecendo por falta de UTI. E a dor que eu estou sentindo agora é por ter perdido meu filho por falta de UTI. Eu não quero que ninguém passe pela dor que estou passando. O Jocelito foi um pai para mim, porque eu tive que correr lá na rádio para ele poder pagar o caixão, porque nem o caixão eu podia pagar. E ele correu atrás e pagou o caixão para mim.

Quando foi do meu esposo, eu corri lá e ele corria para baixo e para cima para me atender e eu tive que pegar o repórter para internar meu esposo no Bom Jesus porque o médico estava dormindo e não queria atender.

Jocelito: Dona Glorinha, só me recorde: quando que faleceu seu marido, em que ano foi?

Dona Glorinha: Eu não estou bem lembrada, mas faz um negócio de uns 9 ou 10 anos.

Jocelito: Nove, 10 anos atrás que faleceu seu marido.

Dona Glorinha: É.”

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria apenas registrar o seguinte: primeiro, o Deputado Jocelito é um grande otimista. Ele disse: “Olha, provavelmente, daqui a 40 anos, não estarei mais aqui.” É um grande otimista. tenho que reconhecer. Segundo, eu recebo aqui o CD do Deputado Jocelito, mas quero desejar que no 2º semestre ele possa estar integrado conosco. Nós precisamos de Deputados valentes e firmes, como o Deputado Jocelito, na nossa base. Esse é o apelo que faço neste final de semestre.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 1º de agosto de 2007, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 085 e 411/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 236, 250, 258, 374 e 388/07.

Levanta-se a Sessão.

